

A Defesa Nacional

N.º 853

MAI/JUN 1974

Neste Número :

- Subsídios Doutrinários Úteis aos Encarregados de IPM
- A "Brigada Mecanizada Francesa 67" Comparada com Unidades Análogas de Outros Exércitos
- Subsídios para um Manual de Tiro ao Alvo

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano 61º	Rio de Janeiro, GB — Mai/Jun de 1974	Número 655
------------	--------------------------------------	---------------

ÍNDICE

EDITORIAL

Págs.

DUAS PALAVRAS	3
---------------------	---

CULTURA GERAL

EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON — General Frederico A. Rondon	5
SUBSÍDIOS DOUTRINÁRIOS CIENTÍFICOS AOS ENCARREGADOS DE IPM — Maj Celso Chagas da Costa	27
MUNIZ DE ARAGÃO — PATRONO DA VETERINÁRIA MILITAR — Gen Bda Estevão Corrêa Filho	43

INFORMAÇÕES

O USO CORRETO DA BANDEIRA — Maj Inf QEMA Filadelfo Reis Da- masceno	53
A "BRIGADA MECANIZADA FRANCESA 67" COMPARADA COM UNIDA- DES ANALÓGAS DE OUTROS EXÉRCITOS — Gen Bda Sylvio Octávio do Espírito Santo	63
SUBSÍDIOS PARA UM MANUAL DE TIRO AO ALVO — Maj Art Ronaldo Marcelo A. Martins. Ilustrações Maj Inf Luiz Edmundo P. Meilo	83

REVISTAS E JORNAIS

RETRATO DE MÃE — Don Ramon Angel Iara	109
ORAÇÃO DA INTIMIDADE COM DEUS	111

Duas Palavras



Diretoria recentemente eleita em substituição a que, por motivo de transferência de vários de seus integrantes para fora da Guarnição do Rio de Janeiro, não podia mais cumprir a missão de dirigir A DEFESA NACIONAL, vem animada dos mesmos propósitos e com os mesmos ideais que têm norteado as diretorias anteriores.

De grande tradição, A DEFESA NACIONAL, que já completou 61 anos de existência, constitui um dos principais veículos de cultura militar onde se expõem temas e problemas dos mais variados assuntos de cultura geral e profissional, tão necessários ao cabedal de todos nós.

Dirigir uma revista como A DEFESA NACIONAL é encargo que muito nos honra e envaidece.

A responsabilidade pelo seu destino, porém, não é pequena.

Manter o elevado padrão de revista é tarefa que se impõe à atual Diretoria, que não poupará esforços nem trabalho para que tal meta seja sempre atingida.

Queremos contar com a participação ativa dos assinantes, seja nos enviando sugestões para a sua melhoria, seja nos remetendo trabalhos para serem publicados.

Nossos agradecimentos

A Diretoria

Expedição Científica Roosevelt-Rondon

General
FREDERICO A. RONDON

1. INTRODUÇÃO

Entre as expedições científicas motivadas pelas explorações da Missão Rondon, visando a construção das linhas telegráficas estratégicas e estradas, o levantamento de cursos-d'água e a cartografia da Grande Rondônia, têm lugar de destaque os estudos antropológicos do Professor Edgard Roquette Pinto, como precursores da Expedição Científica Roosevelt-Rondon, e esta Expedição, à qual coube a descoberta do Rio da Dúvida que se perpetuou, na cartografia regional, como o Rio Roosevelt.

Ambos episódios ficaram perpetuados, em obras que vieram enriquecer a bibliografia geográfica internacional: "Rondônia", que imortalizou o mestre insigne da Antropologia Brasileira, e "Através dos Sertões Brasileiros" ("Through the Brazilian Wilderness", no original), do Coronel Theodore Roosevelt.

Propomo-nos hoje recordar referências geográficas, impressões e ensinamentos sociológicos hauridos em flagrantes das citadas obras, no quadro histórico-geográfico da Missão Rondon.

2. MISSÃO RONDON

Falar de Rondônia é recordar Rondon, "escutar a voz chamadora do sertão, sentir o rumorejo das florestas distantes", no dizer inflamado de entusiasmo sertanista e patriótico de Roquette Pinto.

Somos também tentados a recordar *pari passu* a obra grandiosa da Missão Rondon, acompanhando em visão retrospectiva os passos do Tenente de 1890 ao Coronel de 1914. Mas as contingências do tempo e o tema que nos propomos levar-nos-ão a restringir nosso estudo a referências essenciais aos trabalhos progressos, dando maior realce à grande travessia que veio coroar as Expedições de 1907 e 1910.

2.1. A Expedição de 1907

Ao findar o ano de 1906, estavam ligadas ao Rio de Janeiro, pelo telégrafo, as fronteiras do Paraguai, em Bela Vista e Porto Murtinho, e da Bolívia, em Corumbá e Forte de Coimbra.

Ao mesmo tempo em que estendia o fio telegráfico, pelas chapadas e pelos pantanais do Sul de Mato Grosso, Rondon procedia a estudos geográficos e de ciências naturais, determinando coordenadas de estações que serviriam de base a futuras operações geodésicas; fazia classificações na flora e fauna, conseguindo assim que a vastíssima Região Sul de Mato Grosso se tornasse uma das mais conhecidas do Brasil.

Em 1907, nova missão ainda mais árdua, que empolgava o Presidente Afonso Pena, aguardava o Major Rondon: a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas e Acre.

— É possível ligar pelo telégrafo o Rio de Janeiro ao Amazonas e ao Acre? Teria perguntado o Presidente.

— Sr. Presidente, é só querer, respondeu o Major Rondon.

— Pois, eu quero... disse o Presidente.

Era junho de 1907, quando Rondon chegou a Cáceres, sede de sua nova comissão. Em Brotas, vizinhanças de Cuiabá, organizava-se a expedição que iria descobrir o Juruena, base das futuras arremetidas em busca do Madeira, dos reconhecimentos do

sertão e estudos preparatórios para a locação da linha telegráfica.

Já, a 7 de setembro, no acampamento do topo da Serra, o pareci Iocueré içava a Bandeira Nacional, ao som da marcha batida das cornetas.

Levando as explorações pela margem direita do Saueruiná, atingia Rondon as águas do Juruena e, no espigão divisor, via o primeiro nhambiquara. Surpreendido em plena coleta de mel, conta Rondon, o índio cortou o galho, apanhou o favo e se afastou, sem se mostrar assustado com o barulho dos foíceiros...

Proseguindo por um chapadão de grandes lxeiras e pelo charravascal do Bebedouro, vão ter os expedicionários ao Zocuriuiná. Pressente Rondon que é vigiado pelos índios. Guerreiros nhambiquaras, ocultos pela mata, vigiavam os passos dos expedicionários que avançavam, por sua vez, com precauções, na baixada pardacenta que conduz ao Juruena.

Era 20 de outubro. Da margem do rio de águas cristalinas, margens emolduradas por majestosa floresta, parte Rondon para uma visita à aldeia próxima, com presentes para os índios: machados de aço, "a libra esterlina daqueles sertões".

A menos de um quilômetro, recebe os primeiros sinais de hostilidade. Sente súbito, no rosto, um sopro, e divisa algo rápido e fugaz, como o voo de um pássaro: uma flecha que se

crava no solo. Outras se sucedem, visando o mesmo alvo. A última lhe fica engastada na bandoleira da arma de caça que empunhava. Eram dois nhambiquaras possantes, bem próximos, os adversários de Rondon. Dois tiros a esmo põem-nos em fuga.

O incidente pôs fim à expedição de 1907. Estava, aliás, atingido o objetivo; a descoberta do Juruena.

2.2. A Expedição de 1908

Tapirapoã, porto do Cipotuba, seria a nova base de operações, na campanha de 1908.

A 21 de julho, deixa Rondon a base e inicia a 2ª Expedição, tendo em vista a grande travessia rumo ao Madeira. Chegam os expedicionários ao Juruena e passam a abrir picadas, construir pontes, estivar atoleiros, explorando o terreno, locando estações. Não tarda, porém, novo ataque dos silvícolas à turma de vanguarda... o 7 de Setembro é, contudo, festejado pela primeira vez no Juruena, com alvorada de clarins, Hino Nacional ao gramofone, fogos e dinamite ribombando no vale profundo. A Bandeira Brasileira drapejando altaneira na floresta...

Demandam agora os expedicionários Santo Antônio do Madeira, transpondo rios em pelotas ou canoas feitas no local, encontrando aldeias de índios que fogem à sua aproximação; que ainda flecham bois e cães mas deixam ilesos os homens, cuja atitude pacífica começa a impressioná-los.

No Ranchão, aguarda Rondon uma flecha fincada na porta da maloca, junto a um feixe de milho verde, o que o guia parecei, Toloiri, traduziu como símbolo de paz, retribuição dos presentes recebidos.

2.3. A Expedição de 1909

Da base de Aldeia Queimada parte a 3ª Expedição, em abril de 1909, visando a descer o Jaci-Paraná, de sua nascente na Serra do Norte a sua foz no Madeira.

Reúnem-se a Rondon os naturalistas de sua Comlssão: o geólogo Cicero de Campos, o botânico Frederico Hoene, o zoólogo Alípio Miranda Ribeiro, o médico Joaquim Tanajura e os Tenentes Pireneus, Lira e Amarante.

O bom e fiel guia Toloiri, prostrado por uma pneumonia, é substituído pelo jovem amure Libânio Coloidorocê que tanto haveria de se distinguir em suas novas funções, fazendo jus ao título de major, mais tarde confirmado por uma patente da Guarda Nacional que lhe confere o Presidente Nilo Peçanha.

Encontros fortuitos, em plena floresta, com grupos de índios, que, surpresos, hesitam e se metem no taquaral, afastando-se com passo calmo, sem atender aos acenos amistosos de Rondon, e os bois da Invernada de Campos Novos, que haviam sido deixados, na anterior expedição, agora bem nutridos, poupados pelos nhambiquaras, são provas

evidentes da nova atitude dos silvícolas, tendente à aproximação.

Na Serra do Norte, voltam a aparecer sinais de índios, de proximidade de aldeias. Voltam eles a flechar os homens da Expedição... Baquités de utensílios, cabaças de bebida e comestíveis indígenas, um machado de diábase, encontrados nas proximidades do acampamento, são deixados no mesmo local, com o acréscimo de algumas facas...

Penetram os expedicionários na mata interminável e cada vez mais densa, sob aquela abóboda de folhagem que não se deixa penetrar pelos raios do sol... Desaparecem os vestígios de índios. É a floresta virgem na mais rigorosa significação do termo...

Encontros fortuitos do Tenente Lira, com índios do alto Jamari, deixam a agradável impressão de que são estes índios mais brancos e acessíveis que os do Juruena. Uma aldeia abandonada momentos antes tem roça de mandioca, feijão, milho, cará, amendoim, araruta e algodão. Uma índia, trazendo às costas o filho e um baquité com ananás do campo, não se assusta com o encontro e responde às perguntas do gula parecí:

— *Ihuã* (ai vem os companheiros, no dialeto uaimaré).

Um indiozinho de 6 anos, que não pôde acompanhar os maiores, na fuga, fala com loquacidade, repetindo:

— *Mauê* (gente foi embora, no dialeto salumá).

O estilo das construções — casas de forma cônica, com três coberturas de folhas de palmeira — fazendo lembrar palhoças africanas, levam Rondon à conjectura de que eram aqueles índios os que tiveram contato com negros escravos do quilombo de Quaretzê, fugidos de Vila Bela em fins do século XVIII.

Retomando o rumo noroeste e, vencido o contraforte da Cordilheira dos Parecís, saem os expedicionários no Rio Pardo, afluente do Paraná. Prosseguindo em sua marcha, rumo ao Madeira, vão os expedicionários de barracão em barracão, atenuando com a hospitalidade dos seringueiros, as agruras do sertão, até ao Bom Futuro, no Jamari. Descem de lancha este rio e saem finalmente nas águas do Madeira. É o Natal de 1909...

3. "RONDONIA", "OS SERTÕES" DO NOROESTE

No cinquentenário de "Rondonia" (1967), lembramos o justo paralelo que se impõe, entre a obra excelsa de Edgard Roquette Pinto e "Os Sertões", de Euclides da Cunha, ambos autores irmados no sentimento de brasilidade e no empenho em que põem a Clência a serviço da Pátria, elucidando aspectos peculiares da obra de integração nacional; na simpatia e compreensão que lhes inspira o incola, cerne da Nacionalidade, cujo concurso à obra nacional, como elemento eficiente do progresso, fator e objeto do desenvolvimento regional, é imprescindível e urgente.

"São outros, na verdade, os cenários e atores da Epopéia Rondoniana. A agressividade do incola, gerada pela revolta, ante a injustiça e o atraso social em que lhe é dado viver (nos sertões do Nordeste) é aqui (nos sertões do Noroeste) defesa instintiva e, talvez, ressentimento da dolorosa experiência dos primeiros contatos com a civilização, cujas amostras lhe foram levadas pelos primeiros conquistadores, ao alto preço de sua liberdade e do esbulho de suas riquezas naturais.

"É também outra a atitude dos expedicionários que, possuindo a força das armas, preferem mensagens de paz e amor: "Morrer, se preciso for, matar nunca!"

"Aquele sentido humano, de compreensão e simpatia, transluz desde as primeiras páginas de "Rondônia", nas quais se retratam, além dos recantos naturais da terra, "a vida de seus homens primitivos e, mais do que isso, os resultados da obra fecunda dos sertanejos do Brasil, dirigidos pelo ideal feito homem" — Cândido Mariano Rondon.

"Se como estudioso, afirma Roquette Pinto, "as observações científicas que pôde realizar — quase todas de grande alcance, para o conhecimento da Antropologia Sul-Americana — o enchem de alegria, deu-se por bem pago daqueles dias de privações e de perigos, porque voltou da Rondônia, com a alma refeita, confluente na sua gente que alguns acreditam fraca e incapaz, porque é povo magro e feio.

— "São feios, efetivamente, aqueles sertanejos, muitos, além disso, vivem trabalhando, trabalhados pela doença... Pequenos e magros, enfermos e inestéticos, fortes todavia, foram eles conquistando as terras ásperas por onde hoje se desdobra o caminho enorme que une o Norte ao Sul do Brasil, como um laço apocalítico amarrando os extremos da Pátria... É preciso lá ir, para retemperar a confiança nos destinos da raça e voltar desmentindo os pregoeiros da sua decadência. Não é nem pode ser nação involuída a que tem meia dúzia de filhos capazes de tais heroísmos... Como são pequeninas estas observações científicas, diante da grandeza da construção daquela gente" — a Linha Telegráfica Estratégica de Mato Grosso ao Amazonas...

— "A obra científica e social de Rondon não pode ser assaz admirada, continua Roquette Pinto em sua "Rondônia" ... Em cinco anos de trabalho (1907 a 1912), ele conquistou pacificamente alguns milhares de quilômetros quadrados, agora em condições de fácil valorização. De cada índio, cuja ferocidade não era lenda vã, e cuja animosidade sacrificou tantos homens, fez um amigo. Abriu à Ciência um campo enorme de verificações e descobertas à indústria; todas as riquezas de florestas seculares. Soube coroar sua atividade estendendo o fio telegráfico, entre pontos extremos de sua Pátria que ligou por gigantesca estrada de rodagem. E mostrou à Humanidade irmãos

primitivos que mais uma vez lhe recordam a modéstia de sua origem...

— “Enquanto os índios não se afeiçoarem a nós, como Nuleque ao Tenente Pireneus de Souza; enquanto sua boa vontade se não transformar em confiança absoluta, e eles permanecerem pouco dóceis às nossas pesquisas; enquanto não conhecermos a língua deles e eles a nossa suficientemente, será talvez impossível obter mais do que consignam os documentos aqui (em “Rondônia”) registrados...”

E essa transformação se processa ainda sob os olhos argutos de Roquette Pinto, aos primeiros contatos com a Missão Rondon:

— “Agora mesmo, os machados de pedra não existem mais na Serra do Norte. Cada índio já possui machado de aço. Riem-se até os nhambiquaras daquele venerável instrumento que, há dois ou três anos, era elemento fundamental de sua vida, derrubando mel e fazendo roçadas...”

3.1. Os parecis

— De Antonio Pires, o descobridor do Noroeste de Mato Grosso, cujo chapadão ele cortou, em 1718, retando o Cipotuba, vêm as primeiras notícias sobre o “Reino dos Parecis”:

— Era grande o Reino dos Parecis... de numerosos, eram incontáveis; num dia de caminhada, atravessavam-se 10 a 12 aldeias, algumas de 30 casas, de cerca de 40 passos de largura, redondas do feitio de um forno,

muito altas. Vivem de cultivar a terra... Não era gente guerreira aquela; antes primava em defender o que era seu, do que em atacar o alheio. Suas armas, além do arco e flecha e de folhas de madeira rija, à maneira de espadas, eram lanças pequenas que usavam para defender as portinholas de suas casas...

Os parecis de Rondon e Roquette Pinto, nesse particular, afastam-se um tanto dos de Antonio Pires:

— No chapadão, hoje em vez de arcos, os caçadores parecis mantêm carabinas de repetição. As casas todas se parecem com os ranchos dos nossos sertanejos. Idolos, encontrou-os também, guardados como ainda hoje, em casa especial onde só entram varões. Nem olham as mulheres para tais cabanas — *tamacá* — hoje, como outrora, as mulheres se livram de olhar o *tamacá*. Morre a que põe os olhos nas buzinas sagradas (que lá se guardam).

— Da gracilidade das feições das parecis também fala Antonio Pires, com louvor bem merecido que, em verdade, são das índias mais gentis... atesta Roquette Pinto.

Os parecis que Roquette Pinto examinou achavam-se em Aldela Queimada, em Utiariti e no Timalatiá e pertenciam aos grupos *cozárini* e *carinini*. Em Utiariti e no Timalatiá viviam os do grupo *uatmaré*.

O pareci a si mesmo se chama *ariti* (gente). Os aritis acham-se em adiantado grau de diferencia-

ção cultural, mormente os do Distrito de Diamantino, graças ao comércio que há mais de século mantém com as populações de Cáceres e daquela cidade. De sua teogonia pouco resta. Em 1888, quando visitados por Von Den Steinen, ainda acreditavam que o Sol era uma coroa de penas vermelhas, pertencente a Molihuturé, espécie de Apolo Pareci... A Lua era uma coroa de penas de mutum-pinima, de que era dono Cairaré...

3.2. Os nhambiquaras

Ualcoacorê (irmão do chão) é o nome que dão os parecis a certo grupo de índios da Serra do Norte — os *nhambiquaras* (orelha furada) — porque dormem no chão, em fossas rasas, cheias de palha.

No pouso do Ualcoacorê começam a aparecer a Roquette Pinto os selvagens dessa tribo. É o último pouso do Chapadão dos Parecis.

Ao sair do pouso do Juina, começa a surgir, pelo cerrado, e mesmo pela picada, sinais evidentes de nhambiquara próximo... Alta noite, numa colina, à beira da linha telegráfica, ao longe ainda, uma fogueira.

— Nem-nem! Ó nem-nem! (amigo), começam a gritar os expedicionários.

Vieram logo correndo e gritando, cacete em punho, arco e flecha na mão esquerda, desconfiados mas não agressivos. "Ao luar leitoso, era fantástico o aspecto

daqueles homens altos, lípidos, irrequetos, animados, falando sempre, desengonçados, inteiramente nus... Logo distribuimos largamente cigarros e caixas de fósforos... E animados começaram a pedir tudo quanto viam... Ficaram lá, no meio da noite, ao redor da fogueira, fazendo aenos, aos berros de prazer..."

Em Campos Novos, encontra o mestre representantes de todos os grupos em que se subdivide a grande tribo e lá procuram os brindes a que se habituaram. Grupos inimigos entre si fraternizam ali, levados pelo interesse de possuir utilidades que por nosso comércio conheceram: os cozo, anunzê, tagnani e tautê. Dos uaintacu, grupo ainda hostil, só é conseguida observação incompleta...

A fim de evitar confusão, sugere o mestre que se conservem os cognomes ligados sempre ao nome *nhambiquara*.

3.3. Notas antropológicas gerais

Considerando as notícias encontradas nos escritos leigos e as melhores informações colhidas, no século XVII, sobre a antropologia indígena, e mesmo a análise de observadores do século XVIII, insurge-se Roquette Pinto contra o espírito de generalização de que padecem aqueles estudos:

— Martius, nas "Beitraege", de valor tão desigual, mas sempre interessante, deixou-nos observações mais felizes. Na sua "raça

americana", distinguiu dois tipos: o mongol e o caucásio.

— A diferenciação que Martius acentuava, em 1867, Couto de Magalhães quase um decênio mais tarde retomou, quando trouxe à Antropologia do Brasil o seu apreciável contingente.

— Apesar de pouco preciso, em relação a minúcias, todavia, o autor de "O Selvagem" apanhou com acerto modalidades morfológicas dos índios do Brasil... É certo, porém, que só deixou bem caracterizado os primeiros tipos: o mongol...

— Datam de 1882 muitos documentos sobre o assunto... Incompletos, porém, em que pese ao valor das anotações descritivas... Aquisições mais seguras e detalhadas são devidas aos naturalistas alemães, a começar pelas explorações de Karl Von Den Steinen (1884-88), merecendo especial menção o trabalho de síntese tentado pelo Dr. Paul Ehrenreich, em 1897.

"Estudos Antropológicos sobre os Primitivos Habitantes do Brasil", verdadeiro tratado clássico.

Voltando a suas próprias anotações, dá-nos Roquette Pinto ampla notícia dos índios que habitam os territórios banhados por águas amazônicas, espalhados pelos vales do Jurueña e pela Serra do Norte, os chamados *nhambiquaras* (*nambiquara*, *nambiuara*) pelos sertanejos e pelos índios civilizados seus vizinhos. Somam alguns milheiros. Quantos? Não sabemos (1.200 talvez).

O limite meridional do território nhambiquara é o Saueruiná (Rio Papagaio). Ao norte, parece ao mestre que é limite o Gi-Paraná; a leste o Tapajós e a oeste o Guaporé.

Os nhambiquaras alimentam-se de produtos agrícolas. É um dos traços paradoxais desse povo, que Roquette Pinto assinala, o desenvolvimento da agricultura no seu meio atrasado. Conhecem as propriedades conservadoras da fumaça. Quando não usam o moquém, assam a carne no borralho. Não deixam amadurecer o milho. Comem-no assado, ainda verde.

Foi o germe da agricultura, que não se sabe donde houveram, se é que ali mesmo não surgiu espontaneamente, o fator que permitiu a conservação dos nhambiquaras na idade da pedra, até a Era Rondoniana.

4. A EXPEDIÇÃO ROOSEVELT-RONDON

Entre as explorações realizadas, no decorrer das campanhas de desbravamento e implantação de linhas telegráficas, nos sertões amazônicos, hoje, abrangidos pelo Norte mato-grossense, Território de Rondônia e Sul do Amazonas, tem lugar de destaque, como dissemos, a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, realizada no período de dezembro de 1913 a abril de 1914.

Recebido pelo Coronel Rondon na foz do Apa, o Coronel Theodore Roosevelt é conduzido, pela via fluvial do Paraguaçu, através do Pantanal, com breves digressões

ao Taquari e ao Cuiabá, em visita a duas das maiores fazendas da região. Ruma em seguida a expedição para a Cidade de São Luis de Cáceres.

Entravam agora os expedicionários no teatro dos trabalhos iniciados pela Comissão Rondon em 1907.

Compreendeu o Coronel Roosevelt qual fora o incentivo de Rondon, o que o empolgara acima de tudo — a obra político-social, a pacificação dos índios pela bondade, pela justiça e pela compreensão. Fora assim preparado, por essa obra, o caminho da Expedição Roosevelt-Rondon, isentando-a do maior perigo que a poderia ameaçar — os índios agora amigos, aldeados junto às estações telegráficas de que eram encarregados; cultivando, pacificamente, suas terras. Os caminhos ásperos do Planalto e das Serras são, agora, rota batida por tropeiros e peões...

4.1. Do Cipotuba ao Saueruiná

O Cipotuba, rio claro que desce do planalto para as florestas das terras baixas do Paraguai, é o caminho de Cáceres para o norte. Nos acampamentos, numa ou noutra margem, junto a ranchos pobres, sensibilizam-se os hóspedes com o acolhimento sertanejo.

Em Tapirapoã, base de operações, apresta-se a expedição para a marcha por terra, através dos sertões dos parecis e dos nhamiquaras.

Movimenta-se a coluna, a 19 de janeiro. Dias quentes trazem noi-

tes deliciosas e reparadoras. A falta de mosquitos, os vampiros adejam sobre os homens adormecidos...

Galgam afinal, por ingreme vereda, o Planalto dos Parecis — 700 metros de altitude,, salubre, seco, riachos claros, ar fresco e leve, paisagens deslumbrantes... De Aldeia Queimada a Utiariti, na travessia do divisor de águas Amazonas—Prata, valem-se dos caminhões da Comissão, para o transporte da carga. Na aldeia dos parecis, foram recebidos por índios alegres e bem-humorados. Nota Roosevelt com vivo interesse os objetos de uso dos indígenas, os tecidos feitos pelas índias, os costumes — mulheres sempre ativas, ocupando-se dos filhos com infinita paciência, carregando-os em largas faixas a tiracolo, inseparáveis de seus fusos que traziam, desde que tivessem as mãos livres.

Na aldeia de Utiariti, as índias são presenteadas com vistosas chitas e óleo perfumado para os cabelos, de que muito gostam. Houve danças no ritmo das gaitas. Passados, porém, estes momentos de barbarismo de senso artístico, voltariam os parecis ao verdadeiro estágio de civilização, em estreitas relações com o pessoal do Telégrafo.

Entrando fevereiro, amainou a chuva. Dividiu-se a expedição, destacando-se a turma Antony Fiala — Lauriodó de Sant'Ana, para explorar o Saueruiná (tendo saído no Juruena e, em seguida, no Tapajós e no Amazonas, para recolher-se a Manaus).

4.2. Do Utiariti a José Bonifácio

A segunda turma, chefiada pelo Capitão Amílcar de Magalhães, toma o rumo noroeste, para a exploração dos rios Timbuarê e Pimenta Bueno, formadores do Gi-Paraná, e deste rio até o Madeira.

No Juruena, recebe o Coronel Roosevelt a visita de um chefe nhambiquara que lhe traz, com seu séquito, cumprimentos e votos de boa viagem... Vigorosos e bem feitos, como bronzes, estavam nus, trazendo uma espécie de capacete de pele de onça, belos ornatos que alegremente trocam por fios de contas vermelhas, para as damas do séquito...

Com quatro etapas pelo chapadão, deixam os expedicionários as águas do Tapajós, entre manifestações de alegria e amizade dos nhambiquaras...

No Ribeirão Cumaniano, cabeceiras do Rio da Dúvida, Kermit Roosevelt visita, na aldeia próxima, os nhambiquaras, os quais retribuem a visita, demorando-se até tarde, cantando e dançando em torno da fogueira.

Em José Bonifácio, estação e pequena aldeia, com papagaios e periquitos mansos trepando pelos tetos e penetrando nas casas, os nhambiquaras fazem exercícios variados de arco, atirando as flechas para cima de modo a fazê-las cair em linha.

Em seu livro "*Through the Brazilian Wilderness*", registra Roosevelt suas impressões, preocupado sempre com a flora e a fauna, extasiado pela natureza. No Ti-

malatiá, encanta-se com a maravilha do Salto Belo que minuciosamente descreve, com interesse turístico mas deixando uma sugestão prática:

— "Rincão promissor, interessantíssimo, zona salubre, num altiplano de bom clima, região fértil em rios de potencial energético quase ilimitado, para grandes comunidades industriais..."

Roosevelt antevê, como indispensável, a estrada de ferro eletrificada, de Cuiabá até a queda d'água, empregando a própria energia ali captada.

Os parecis que ali encontra parecem-lhe interessantíssimos, joviais, bem-humorados e divertidos, dentes maus mas compleição robusta, possuindo grandes proles. Na aldeia, os antigos ranchos foram substituídos por habitações do tipo comum — casas de pau-a-pique — usados pelos sertanejos.

Em Utiariti e, no Sauerliná, outra aldeia parecis, a maioria dos silvícolas está, naquele dia garbosamente enfatiotada. O amure, major Libânio Colozorocê, com seu uniforme de Guarda Nacional, vem almoçar com os Coronéis e se porta com toda correção. Chovia a cântaros. As mulheres do amure e mais três ou quatro jovens índias saíam para o mandiocai, mães com os filhos pendurados em faixas a tiracolo, tangas ou saias muito curtas, balaio às costas sustidos por tira de pano que passa pela testa. Sorriam alegremente, quando passaram, sob a chuva, acenando adeus.

O contraste entre o amure, medido em seu uniforme, e aquelas mulheres parece chocante a Roosevelt, revelando, incidentemente, a seu ver, a estultícia dos que supõem ideal a vida selvagem...

Choveu a maior parte do dia, em Utiariti. Toda vez que havia uma estiagem, os índios saíam de suas casas, para jogar o izicunati — o *head-ball* — e, então, ouviam-se gritos estridentes de aplausos e de triunfo, em varladadas inflexões...

No Buriti, chama a atenção de Roosevelt uma balsa manobrada por dois índios parecis que ali moravam em ranchos de palha, cada um com duas mulheres... Viviam prevenidos contra os vizinhos nhambiquaras que havia pouco tempo, lançaram contra eles suas flechas e foram repellidos, com tiros de Winchester para o ar, no estilo rondoniano.

No acampamento de Huatsui, chama a atenção de Roosevelt um soldado destacado, com a mulher e dois filhos pequenos. A mulher prefere marchar a pé a suportar o desconforto de um lugar no auto que lhe é oferecido.

No Juruena, um grupo de nhambiquaras, mansos e joviais, alegra-se com a presença do Coronel Rondon. "Em ponto algum da África, encontramos gente mais selvagem e primitiva do que esses índios, embora fossem estes mais joviais e de melhor conformação do que qualquer tribo africana, na mesma fase de cultura", anota o Coronel Roosevelt. Homens e mulheres eram bem proporcionados e até mesmo bonitos,

exibindo ótimas dentaduras, embora alguns parecessem estar sofrendo qualquer doença de pele (o *baanecedutu*). Formavam um grupo muito alegre e as mulheres davam a impressão de estarem tão bem alimentadas quanto os homens; não existia a brutalidade que se observa entre os pretos australianos... São todos ingênuos e ignorantes. Todos riam e conversavam em torno dos expedicionários. Metiam-se pelas casas adentro, amontoavam-se tão perto que Roosevelt era obrigado a afastá-los gentilmente. As mulheres davam-se as mãos ou colocavam os braços nos ombros umas das outras. Naquela promiscuidade, não se notava um olhar maldoso ou gesto impudico, anota Roosevelt.

Com jornadas, por períodos alternados de sol abrasador e chuvas torrenciais, alcançaram a Estação de José Bonifácio. No caminho, encontram uma aldeia de nhambiquaras enfeitados com adornos de contas... Um velho semelhava-se a um *aino* peludo (aborigine do Japão) ou, ainda melhor a um negro australiano, anota o Coronel Roosevelt. Tratava-se, possivelmente, de um mestiço de negro fugido das minas de Mato Grosso, cuja influência também se faz sentir na forma das cabanas...

4.3. O Rio da Dúvida

A 27 de fevereiro, partia a flotilha de canoas, descendo a corrente escura e volumosa, para a descoberta, em direção ao norte.

Após uma jornada topográfica, é assinalada a boca do Rio Festa da Bandeira, o Carumicharu dos nhambiquaras, descoberto em 1912... Corredeira do Apuro. Navaité, aldeia de nhambiquaras. No Quebra-Canoa, o aneróide acusa uma descida de 100 metros. O rio é como uma cachoeira contínua, sobre leito de diabase... O encontro com um grupo de nhambiquaras ainda arredios e hostis, que são repelidos com tiros para o ar leva Roosevelt a propor a suspensão do levantamento topográfico, a fim de apressar o reconhecimento do Rio da Dúvida. Opõe-se a isso Rondon e o levantamento prossegue, dispensado Kermit do serviço de vanguarda...

Outro naufrágio, com a perda de uma canoa e de um camarada. Não seria prudente permanecer ali quatro dias, para a construção de outra canoa sujeito ao ataque de índios. A carga é redistribuída e passam a marchar a pé, pela margem do rio, o Coronel Rondon e sua turma de 12 camaradas.

Em 18 dias, haviam percorrido 125 km, atravessando terras enfiadas por índios agressivos... Mais rápidos a alternar com trechos remansosos... Já se podia, então, concluir que o Rio da Dúvida não podia ser afluente do Gi-Paraná e que seu curso inferior seria o Aripuanã, conhecido afluente do Madeira.

Na manhã de 18 de março, o Coronel Rondon, dando cumprimento ao desejo expresso, pelo Governo Brasileiro, de perpetuar,

na carta do Brasil, a memória da viagem de descobrimento geográfico do Coronel Roosevelt, em ordem do dia, classificou a Comissão de que passaria a chamar-se Rio Roosevelt o rio até então denominado Rio da Dúvida. No ponto em que se realizou o ato solene, a foz de um afluente que recebe o nome de Kermit, inaugura-se um marco de madeira com a inscrição do nome e das coordenadas (11.º 27' de lat. sul e 17.º 12' de long. oeste do Rio de Janeiro).

Continuam os trabalhos, nas mesmas condições: canoas dando avanço aos que caminham por terra; sinais de índios que fogem, presentes de machados, facões e contas deixados em postes. Em três semanas, tinham avançado 140 km e descido 124 metros. Outro afluente é assinalado por suas coordenadas na foz, o Rio Taunay (a 156 km do levantamento). Atingido outro afluente, o Rio Cherrie, a região muda subitamente de aspecto. O rio corre apertado entre montanhas, com um desnivelamento de 33 metros. Montanhas a se estender em cadeia, vestidas com luxurriante vegetação tropical...

A 6 de abril, foi transposto um rápido que parecia ser o último. As montanhas cedem lugar à planície que o rio percorre, até a foz de um novo afluente, o Rio Capitão Cardoso... Mas novos rápidos se anunciam a jusante. O Coronel Roosevelt, doente, passa a viajar em canoa coberta, sob a assistência do Médico Cajazeira... Repetem-se os dias,

descendo a expedição um metro em cada quilômetro... descia também o moral. Tinham-se agravado os padecimentos do Coronel Roosevelt... Mas a 15 de abril surgem os primeiros moradores, seringueiros, e com estes um dado geográfico: o rio que desciam é conhecido pelo nome de Castanho.

Prosseguem rio abaixo, entre margens desertas, onde os raros moradores fogem espavoridos, tal o grau de tensão nervosa em que vivem, atormentados pelo temor de ver surgirem guerreiros indígenas.

Trezentos quilômetros haviam sido percorridos, em território nunca transposto por civilizados... Terminara a incerteza do futuro. O trecho do rio que faltava descer corria em região habitada, sendo possíveis longas jornadas e casas para pousar e habitantes afáveis e corteses que recusavam o pagamento do que forneciam...

A 9° 38' de latitude sul, recebe o Rio Roosevelt seu afluente Rio Branco. A 8° 45' encontram a primeira casa de negócio, onde se abastecem. Passada a barra do Madeirinha, outro afluente do Roosevelt, aguarda-os o Infernã, belíssima cachoeira, numa largura de 100 metros. Na base dos rápidos. Aripuanã, a 7° 47' sul, outra grande casa de negócios. A uma hora de viagem, estava o acampamento do Tenente Pireneus, com o barco a vapor, avião "Cidade de Manaus", à espera da expedição...

59 dias, 686 km de percurso, dos quais 776 acidentados, em 48 jornadas. Em frente às barracas, onde flutuavam as bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos, foram os expedicionários recebidos com salvas. Em ordem do dia, junto ao monumento que mandara erigir, o Coronel Rondon declara que o Rio da Dúvida, o Castanho e o Baixo Aripuanã são todos um só e grande rio — o Rio Roosevelt, com 1.400 km e 174 metros. Era 17 de abril de 1914.

5. EXPLORAÇÕES REGIONAIS EM SINOPSE

Tendo nos referido a expedições precursoras da Expedição Roosevelt-Rondon, não poderíamos omitir em nosso estudo referências às explorações realizadas pela Missão Rondon, nos altos cursos dos tributários do Tapajós e do Madeira, cujas bacias enquadram a do Rio Roosevelt:

— a leste, o Juruena e seus afluentes Juina, Camararé e Iquê (ou Languiáru), à margem esquerda; o Saueruiná e seus afluentes Buriti e Saueuiná à margem direita;

— a oeste, o Gi-Paraná e o Jamari, tributários do Madeira.

5.1. O Juruena

O Rio Juruena tem sua nascente na Serra dos Parecis, a 790 metros de altitude (14.° 40' sul e 59.° 06' oeste de Greenwich). Anauiná é seu nome indígena que

o Marechal Rondon traduziu como "água do amure Aná".

Contravertente do Guaporé, sulca o Juruena larga extensão de chapadões, descendo em direção ao norte e, após um curso de 1.010 km, une suas águas com as do Teles Pires (antigo Parana-tinga, São Manoel ou Três Barras), formando o portentoso Tapajós (Tapaluparaná, Paraniplixuna, rio negro dos tupis), na latitude 7.º 22' sul.

Anteriormente à Comissão Rondon nenhum explorador havia navegado pelo Rio Juruena, cuja representação cartográfica o afastava de sua verdadeira posição, no mapa de Mato Grosso. Apenas a posição de sua nascente, determinada pelo Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, ainda nos tempos coloniais, e foz do Arinos, seu afluente da margem direita, eram os pontos conhecidos, quando a Expedição de 1907 o atravessara, nas proximidades do passo onde foi instalada a estação telegráfica, a montante do Salto Comaizocolá, a 12.º 50' 32" sul.

Em setembro de 1907, o Major Rondon, tendo atravessado o Tahuruiná, já atingia o Timalatiá, ambos tributários daquele rio. No mês seguinte vencia a depressão dos vales do Saueruiná e do Buriti (Zolaharuiná), Detinha-se no Salto Utiariti e, no Uaracuriri-suê, atingia os confins do território dos parecis, a 607 km de Cuiabá, defrontando o dos nhambiquaras.

Em outubro de 1908, o Major Rondon transpõe o Juruena e

seus tributários da margem esquerda, o Zocozocorezá e o Juina, o Camararé, o 12 de Outubro e o Nhambiquara, atingindo os Campos Novos da Serra do Norte.

A expedição de 1909 transpõe as cabeceiras do Iquê, deixando a nordeste a bacia do Juruena, com suas incógnitas a serem deslin-dadas por futuras expedições. Seria a tarefa da Expedição de 1911 que, chefiada pelo Capitão Manoel Teófilo da Costa Pinheiro, procede ao levantamento topográfico do grande rio.

Após um século da descoberta do Juruena, coube a Costa Pinheiro explorá-lo, e o faz com minuciosidade exemplar, doando à Missão Rondon uma de suas mais interessantes memórias geográficas.

Da estação telegráfica até a confluência do Teles Pires, fica assim o Juruena levantado topograficamente, feita a avaliação das descargas dos principais afluentes, determinadas altitudes e coordenadas geográficas das barras do Juina, Saueruiná, Zutiarié Arinos do Salto Augusto e da confluência do Teles Pires.

Os cocozus, ramo da nação nhambiquara, habitantes do alto Juruena, que haviam recebido a Expedição de 1907 em tom de guerra, assistem aos últimos aprestos da expedição de 1911. Já não são os duros guerreiros daqueles tempos mas sim amigos confiantes que desejavam participar dos riscos e trabalhos da descida de seu famoso rio, não tendo sido atendidos por falta de

acomodações, nas superlotadas canoas da Expedição Costa Pinheiro.

De vez em quando, disse Costa Pinheiro, em ambas as margens do rio notavam-se grandes claros de roça, portos, balsas para travessia, artefatos de caça abandonados. Na foz do Juina, ouviram-se gritos de "Anauê"! repetidos insistentemente. Nhambiquaras foram vistos, acenando aos expedicionários com espigas de milho que foram recebidas em troca de machadinhas, retirando-se contentíssimos os silvícolas.

Além dos nhambiquaras, refere-se Costa Pinheiro aos apiacás e aos mundurucus do São Tomé, do Cururu e dos Campos do Capé-uats, população avaliada em 2.000 índios.

5.1.1. O Rio Iquê (ou Lan-guiáru)

O Rio Iquê, tributário do Juruena, é um dos 12 rios cuja existência foi revelada aos cartógrafos, através dos trabalhos da Comissão Rondon. A linha telegráfica passou por suas nascentes, no Chapadão dos Parecis, onde foi localizada a estação de Vilhena (600 metros de altitude, a 12° 42' sul).

Encarregado da exploração do Iquê, partiu de Vilhena o Tenente Júlio Caetano Horta Barbosa, a 4 de agosto de 1913, a 3 km do porto de cima, onde construiu sua flotilha de canoas. Antes de findar o ano, surgiu a expedição em Santarém. A 31 de outubro,

havia atingido o Juruena, pelo qual desceu até ao Tapajós.

Minuciosa descrição do Iquê nos traz o Tenente Horta Barbosa. Numerosas cachoeiras. Matas e campos alternando-se nas margens, ora firmes, ora pantanosas. Leito de pedra-cango (ganga ferruginosa). Abundância de palmeiras. Raras seringueiras. Ao 60 km, erguem-se as margens em morrarias. Um belo salto promete 1.000 cavalos de força. Corredores apertados são vencidos com dificuldade. No k 186, recomeçam os terrenos alagadiços, ocorrem abundantes seringais...

Cumprir assinalar a maneira cordial e confiante com que os nhambiquaras do Iquê e do Juruena receberam a Expedição Horta Barbosa. Esquivos ao primeiro contato, desceram das árvores e correram. Voltaram porém, em seguida, para atender aos gritos de chamado dos expedicionários que, da outra margem, acenavam-lhes com machadinhas, linhadas e miçangas. Indecisas a princípio, atravessaram o rio e se aproximaram. Receberam os presentes com incontida alegria e se portaram como velhos amigos... Retribuíram os presentes com fumo, mel e colares rústicos.

Quando a expedição partiu, acompanharam pela margens as canoas, dando aviso aos índios de rio abaixo.

5.1.2. O Rio Zutiaré

O Zutiaré, o mais volumoso afluente do Juruena, depois do Arinos, nasce com o nome de

Bela Vista, no Chapadão dos Parecis, contravertente dos formadores do Cipotuba. É cortado pela linha telegráfica entre as estações de Barão de Capanema e poente de Pedra, a 13º 24' sul. Seu reconhecimento foi realizado pela Expedição Tenente Vicente Vasconcelos, que partiu da linha telegráfica, a 10 de maio de 1915, e atingiu a foz, no Juruena, a 30 de junho.

Ocorrência sobre todas importante foi o encontro da expedição com grupos de índios, no curso médio e no inferior do Zutiaré, mais frequentes os indícios abaixo da foz do Cravari, tendo-se notado o emprego de machados de aço. Uma aldeia é afinal encontrada, no km 317 do levantamento. A chegada da expedição, recolheram-se os índios em silêncio à maloca... Não demorou o ataque, provocando a retirada precipitada dos expedicionários. Aos novos apelos e tentativas de aproximação, com presentes, novas flechas e nova retirada... Um ataque dos índios, ao amanhecer (do qual saíram feridos dois expedicionários) convenceu Vasconcelos de que era prematuro um encontro com aquele grupo (suposto nhambiquara mas que seria tupi, *parnauat*, na opinião de Rondon, por certos traços culturais, como o uso de redes e canoas e o modo de colocar as penas diretrizes do voo das flechas).

Convém recordar que os nhambiquaras se deitam sobre palha, em fossas rasas e, para transporte n'água, limitam-se aos melos

de transposição dos rios, pinguelas ou simples talos de buriti, como bóias, para facilitar a natação.

5.1.3. O Rio Saueruiná

O Saueruiná (Rio Papagaio ou melhor Maracaná) nasce no Chapadão dos Parecis. Seus formadores confluem a 14º 16' sul e 58º 39' oeste de Greenwich. Sua foz no Juruena situa-se a 12º sul. Entre seus afluentes destacam-se o Timalatiá (Rio do Sangue), à margem direita, e o Zolaaruiná (Rio Buriti) à esquerda.

No Saueruiná, o regresso da Expedição de 1907 foi realizado sob a perseguição dos nhambiquaras, após um percurso de 967 km de sertão, esgotados os recursos de alimentação e sem meio de transposição do rio (uma canoa que haviam deixado, os índios haviam feito desaparecer). Nesse lance, o Major Rondon procurou reerguer o moral de seus homens combalidos pelo cansaço e a doença, conduzindo, pessoalmente, a nado, a pelota que improvisou, com um couro de boi, no qual passou o Saueruiná, com o material e o pessoal...

A exploração do Saueruiná constituiu parte do programa da Expedição Roosevelt-Rondon, a cargo do Tenente Lauriodó de Sant'Ana, brasileiro, e capitão Anthony Fiala, americano.

Iniciada a 7 de fevereiro de 1914, na estação de Utiariti, atingiu o Salto Augusto, no Juruena, a 24.

5.2. O Gi-Paraná

São formadores do Gi-Paraná, oriundos ambos do Chapadão dos Parecís, altura de vilhena, o Comemoração de Floriano (Timboaruê dos índios) e o Pimenta Bueno (Djaruereb), correndo este a sudoeste do primeiro.

O Rio Comemoração de Floriano merece registro especial, no Diário do Marechal Rondon:

— Aparece-nos ele silenciosamente, surgindo de um furo profundo, cavado no arenito branco de seu leito, logo depois, despeinha-se em rápidas corredeiras... alarga-se em vasta bacia... escombros extraordinários de blocos de pedra...

Além do interesse científico e estético, prendiam aqueles serções a atenção de Rondon pelas incalculáveis riquezas vegetais: depósito inexaurível de seringa, de resinas, plantas medicinais, madeira de construção. O terreno de rocha gresosa, intercalado de camadas de cascalho aurífero coloidal, denuncia abundância de jazidas de ouro, diamantes, metais preciosos.

No vale de rocha vulcânica do Rio Barão de Melgaço (Maqueopiã, afluente do Comemoração), o cascalho aurífero leva Rondon a admitir que eram aquelas as célebres minas de Urucumacã de que falavam os exploradores do século XVIII.

Em outubro de 1909, uma turma desce a explorar o Pimenta Bueno, recém-descoberto. Prossegue o reconhecimento para noro-

este, descobrindo rios que recebem nomes históricos: o Luis de Albuquerque, o Antônio João de Moura, o Lacerda e Almeida, o Luis D'Alincourt, o Ricardo Franco, todos tributários do Gi-Paraná (então, suposto Jamari), *habitat* dos índios urupás (que Rondon supõe serem os acangapirangas que já se aplicavam à extração de borracha.. Atinge o Tramoço (o Jaru dos seringueiros) e vencido um contraforte, sai no Rio Pardo.

Deixando a leste o vale do Gi-Paraná, prossegue a expedição rumo ao Madeira e sai do Jamari que é descido de lancha...

5.3. O Jamari

O Jamari tem suas nascentes na Serra dos Pacaás Novos, contraforte de granito da Cordilheira dos Parecís (a 11° 03' sul). São seus contravertentes formadores do Cautário, ao sul; o Tramaque ou Jaru, a nordeste, o Cumitaú, tributário do Gi-Paraná, a sueste. São seus afluentes à margem direita, o Guaiamã ou Canaã, o Branco, o Preto, o Verde; pela esquerda, o Massangana e o Candeias (este quase tão extenso e volumoso como próprio Jamari). Tem na foz a largura de 165 metros (1/5 do volume e da largura do Madeira, onde deságua, após 400 km de curso).

O Jamari foi explorado por seringueiros desde o ano de 1897. O Tenente-Coronel Rondon o percorreu, em 1909, do Bom Futuro a sua foz. Seu levantamento topográfico foi executado, em

1911, pelo Tenente Otávio Felix Ferreira da Silva, da Comissão Rondon, da foz até sua mais alta cabeceira.

O Jamari (rio das cabaças, de *jamaru*, cabaça de que se fazem as cuias) tinha em 1911 uma população estimada em 2.000 habitantes, exclusivamente aplicados à extração da borracha — A Expedição Otávio Felix não teve contato com os silvícolas. Trouxe não obstante, notícias das duas tribos que vivem no alto do rio: os bocanegras e os ariquemés. Remanescentes destes grupos indígenas foram reunidos na Colônia Indígena Rodolfo Miranda, junto à estação de Ariquemés, na foz do Canaã.

Otávio Felix viu, no alto Jamari, mulheres urupás vivendo em companhia de seringueiros nordestinos.

De volta ao Jamari, em 1912, o Coronel Rondon encontrou aldeias ariquemés reduzidas a extrema miséria... A tribo, de 600 índios estava reduzida a uns 60. Os casos de escravidão dos silvícolas pelos seringueiros deram lugar à intervenção da Polícia Amazonense.

6. FATORES HUMANOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O General Lobato Filho deixou-nos, em seu livro "Avançal para o Jamari", impressões dos trabalhos da Seção do Norte da Comissão Rondon, nos quais fez parte, em 1910. Delas nos valemos, entre outras fontes, a fim

de completar nossas próprias notas sobre o Madeira e o Jamari, sempre com o intuito de pôr em evidência os valores humanos empenhados, ativa ou passivamente, no desenvolvimento regional.

Era tarefa atribuída à Seção do Norte a ligação de Santo Antônio do Madeira ao Jamari. O acampamento surgido na orla da mata de Santo Antônio, sob os cuidados do Major Gomes de Castro, Chefe da Seção, teve vida intensa, inicialmente, trabalhadores nordestinos e soldados confraternizados. Logo, porém, o paludismo fez suas primeiras vítimas nos extremos da hierarquia: um soldado e o Major Gomes de Castro. E continuou a desbaratar a Seção do Norte, a despeito do aparelhamento sanitário. E surgem casos suspeitos de *Cholera morbus* ou disenteria tropical.

Na chefia da Seção, reduzida a 21 homens, o Tenente Lobato retoma os trabalhos e leva a picada até as selvas encharcadas e sombrias do Jamari. Fazendo tremular a Bandeira, nos acampamentos, sente novamente o ímpeto daqueles heróis anônimos, combatidos, escravos agora do dever...

Em seu livro, traça Lobato o perfil do capataz Tertuliano de Carvalho — o Mestre Tértu — que o havia impressionado: Ele não se impunha por gestos ou palavras de mando. Nunca alterava a voz. E tudo se movimentava, no estilo militar. Era um baiano de 40 a 45 anos... Quase uma figura de asceta, um "Antônio Conselheiro" sem barbas. Homem rude mas inteligente,

cheio de sabedoria e larga experiência... tinha prazer na dedicação ao serviço. Nas noites pavorosas, dos bivaques, ficava de vigília, mosquetão em punho, como o mais fiel dos guardas. Herói sertanejo, pelo próprio destino, Tertuliano de Carvalho morreu anos depois, ao lado do Tenente Marques de Souza, no Rio Ananás, num ataque dos índios araras, ingressando assim no martirólogo da Missão Rondon.

Preocupava a Seção do Norte, nos trabalhos do Jamarí, a situação criada, no G1-Paraná e no Baixo Madeira, pelos famosos parintinrins.

Ramo da nação *cauab*, de origem tupi, antiga dominadora do Tapajós, aqueles índios vieram, sob a pressão de grupos indígenas adversos, localizar-se nas terras centrais do Madeira e baixo G1-Paraná. Em 1868, surgiram em Santo Antônio do Madeira, em luta com seringueiros. Desde então sofrem represálias e fazem correrias, levando o pavor às matas da margem direita do baixo Madeira. Entre 1900 e 1915, tiveram de repelir ataques de expedições armadas de caucheiros incendiários.

As tentativas de pacificação dos parintins foram iniciadas pela Comissão Rondon em 1916. Após cinco anos de trabalhos, torna-se possível a instalação de um posto, no Matci, a cargo de Emanuel Amarante e Bento Lemos. Kurt Nimuendaju se notabiliza, nesses trabalhos, com seus conhecimentos da língua indígena (o tupi-guarani). Ainda em

1922, sofre o posto do Matci ataque dos índios. Após alguns contatos, marcados pela desconfiança mútua, passam os parintinrins a freqüentar o posto, invadindo-o por vezes, inesperadamente, em grupos. Após a distribuição de brindes pelo encarregado do posto, punham-se os índios a dançar alegremente, cantando canções guerreiras e soprando gaitas de bambu.

Chegaria afinal o momento da conciliação. Kurt Nimuendaju, falando no dialeto indígena, disse ao chefe Embocari:

— Nosso chefe ordenou: Não matem os parintinrins! Acabem com a guerra. Sejam todos companheiros.

— *Derecói pendehé* (não guerrearemos mais), respondeu o chefe índio.

7. CONCLUSÃO

Esperamos haver situado a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, num esboço a largos traços das expedições geográficas da Missão Rondon, bem caracterizada, como iniciativa acidental, em homenagem ao hóspede ilustre que, tendo vindo à América do Sul, para realizar conferências a convite de certos meios intelectuais, resolveu regressar ao seu país pelo interior do Brasil e, empolgado pelo projeto brasileiro, sugerido pelo Coronel Rondon, de dar à expedição de cunho naturalista objetivos geográficos, concordou em modificar o primitivo nome de "*Colonel Roosevelt's*

South American Expedition for the American Museum of Natural History" para aquele, pelo qual ficou conhecida, nos anais da Geografia do Brasil.

Como expedição geográfica complementar dos trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas, à Expedição Roosevelt Rondon, como às demais expedições citadas, não se poderia atribuir, em sua magnitude, senão em pequena parte, a obra de desbravamento de sertões e implantação de estradas e da linha telegráfica que, partindo de Cuiabá, vence, com seu traçado, o Chapadão dos Parecis, vales amazônicos do Juruena do Gi-Paraná e do Jamari, para alcançar Santo Antônio do Madeira, nos confins ocidentais do Brasil.

O Curso de Altos Estudos Amazônicos, considerado nos itens primordiais de seu tema geral — A obra geográfico-social do Marechal Rondon; a Amazônia Brasileira, em seus aspectos geográficos de ocupação humana e exploração econômica; a Geopolítica brasileira relativa aos sertões e fronteiras; os grandes problemas nacionais, em seus aspectos amazônicos — tema inspirado na mesma política definida e expressa pela Revolução Brasileira, tendo o homem, como elemento eficiente, fator e objeto do mesmo desenvolvimento sócio-econômico em vista, sugere, como método de trabalho, um duplo esforço de análise e síntese da atuação do homem, no cenário amazônico, através dos fatos contem-

porâneos, especialmente, do homem brasileiro: o civilizador (missionário, militar, explorador, empresário, etc.), o amazônico, o nordestino, o indígena.

Nos flagrantes da natureza amazônica e do homem brasileiro empenhado em dominá-la, colhidos nos trabalhos de observadores que nos precederam no tempo — gemas preciosas de saber e experiência — que ilustram e balizam nossa palestra, temos elementos para a desejada síntese, não somente em seus aspectos geográficos, de elucidação da rede potamográfica da Rondônia, como também em seus aspectos sociológicos.

Uma reconsideração geral de conceitos sobre o silvícola impõe-se na atual conjuntura, para melhor esclarecimento de suas relações com as frentes pioneiras que avassalam os sertões da Rondônia.

Os Parecis pacíficos, aculturados, havia já dois séculos, quando conheceram Rondon e lhe ofereceram e prestaram o concurso valioso e indispensável de seus guias, de seus trabalhadores, de seus telegrafistas e dos produtos de sua agricultura; os nhambiquaras, ainda avessos aos contatos da civilização; os parintintins, refugiados no recesso de suas florestas, dispostos a evitar novos contatos com a civilização que bem conheciam, escarmentados, justamente, dos primeiros contatos com as frentes pioneiras da borracha, são exemplos típicos de atitudes que merecem nossa meditação.

Um daqueles exemplos vale focalizar, como fecho destas considerações, o do nhambiquaras que recebem a flecha o Major Rondon, no ano de 1907; aceitam presentes e poupam os bois cansados da Comissão, em 1908; submetem-se às mensurações antropométricas e perquirições lingüísticas do Professor Roquette Pinto, em 1912; recebem festivamente e até importunam, com seu assédio amistoso, o Coronel Roosevelt, em 1914; como haviam festejado a passagem das expedições da Missão Rondon, em seus rios.

"Verdade é que os nhambiquaras passam a viver em paz com a Comissão; nas ocasiões de penúria, em alguns postos da linha telegráfica, eles repartem, irmanamente, com os "brasileiros", a sua massa de mandioca e o mel delicioso das abelhinhas que moram em suas matas...

"Agora mesmo, os machados de pedra não existem mais na Serra do Norte; cada índio já possui machado de aço. Riem-se até os nhambiquaras daquele venerá-

vel instrumento que, há dois ou três anos, era elemento fundamental da sua vida, derrubando mel e fazendo roçadas... (Roquette Pinto).

Seria, pois, de o desejar que a vocação agrícola de nossos silvícolas e sua propensão ao progresso e à civilização, que mais uma vez se evidenciam, nas observações do sábio patricio que, retrocedendo no tempo até a idade neolítica em que se encontravam os nhambiquaras, teve acesso aos seus sertões, sem os preconceitos de um indianismo contrário ao Objetivo Nacional Permanente da Integração Nacional, antes inspirado na mais ardente brasilidade do "ideal feito homem" — Cândido Mariano Rondon — seria de desejar, dizíamos, que estas observações fossem consideradas, como fanal, para a obra oficial do índio, conducente a sua felicidade e aos gerais anseios dos corações brasileiros.

(Do Curso de Altos Estudos Amazônicos, Clube de Engenharia, em 28 de maio de 1974).

"JAMAIS PONHA ALIMENTO NA BOCA DE UM
FAMINTO,
SERVINDO-SE DE MÃO ALHEIA"

(Preceito Budista a respeito do conceito **caridade**.)

Subsídios Doutrinários Úteis aos Encarregados de IPM

Maj
CELSO CHAGAS DA COSTA
Aluno da ECEME (Bacharel em
Direito)

1. IPM — Conceito

O inquérito policial militar é um procedimento administrativo sumário que visa à apuração de fato que possa configurar crime da competência da Justiça Militar.

Em outras palavras, IPM é o conjunto de atos e diligências desenvolvidas para esclarecer um acontecimento cujos dados conhecidos "a priori" levem a presumir que se trata de um crime da competência da Justiça Militar.

Ao conjunto de termos, laudos, ofícios, portarias e outros documentos, quando regularmente numerados, rubricados e autuados (termo de autuação, capa do processo), dá-se o nome de autos. Autos do IPM são, pois, o IPM fisicamente considerado.

2. IPM — Finalidade

Como foi dito, o IPM se destina ao esclarecimento de um fato que se presume constituir crime. Tal esclarecimento só se completa pela identificação precisa dos agentes humanos do fato (autoria) e pela determinação de todas as

circunstâncias, revestidas das quais o mesmo fato veio à existência (materialidade).

Prescreve o artigo 9º, "caput", do CPPM, que a finalidade do IPM é a de "ministrar elementos necessários à propositura da ação penal".

A ação penal envolve o processo judicial e o respectivo julgamento e implica numa série de procedimentos da competência do Poder Judiciário. Mas o impulso inicial da ação penal é dado pelo Ministério Público (representado pelos promotores e procuradores), que é órgão do Poder Executivo.

Denúncia (art. 77 do CPPM) é a peça inaugural do processo judicial, através da qual o representante do Ministério Público, dirigindo-se ao Juiz (Auditor), expõe detalhadamente a foto, define a respectiva autoria, classifica o crime (enquadra nos dispositivos legais) e requer seja(m) o(s) autor(es) regularmente processado(s) e, afinal, julgado(s).

3. Da necessidade de conhecimentos doutrinários

A partir das premissas acima estabelecidas é lícito afirmar-se que o IPM visa a oferecer ao representante do Ministério Público Militar a narrativa circunstanciada de um acontecimento criminoso, ou, em hipótese contrária, a conclusão de que os fatos averiguados não configuram crime.

Se, pois, o objeto em torno do qual gira o IPM é o crime, um mínimo de conhecimentos doutrinários a respeito de sua estrutura não pode faltar aos encarregados de IPM.

Os dados preliminares do fato a ser esclarecido já permitem ao encarregado do IPM vislumbrar uma possibilidade, embora vaga, de concordância entre o referido fato e um dos tipos hipotéticos de crime que as leis penais definem. É o momento de passar-se a um estudo mais profundo da estrutura doutrinária do tipo hipotético eleito. Tal estudo vai permitir resposta a uma série de indagações, tais como:

“Esse crime admite tentativa? É possível ser perpetrado sob a forma culposa? Quais as condições de maior ou menor punibilidade? O autor pode ser qualquer pessoa ou só se compreende o crime se cometido por quem tenha características especiais? E a vítima, pode ser qualquer pessoa? O crime é dos que deixam vestígio, de forma a exigir exame de corpo de delito?” etc.

É muito freqüente que esse estudo cause surpresas a quem o faz e que, através dele, se verifique que o enquadramento apriorístico estava equivocado, especialmente se fundado em elementos insuficientes.

Para o encarregado do IPM, o estudo doutrinário tem validade especial em dois momentos importantes: no primeiro, ao início das investigações, para a elaboração de um plano de trabalho, e, num momento final, para que se credencie a opinar, em seu relatório, sobre a existência ou não de crime e a respectiva competência para processo e julgamento.

O plano de trabalho a que se aludiu envolve o levantamento do elenco das circunstâncias que devem ser objeto de prova, bem como a visualização dos meios de prova correspondentes. Esse plano deve ser flexível, podendo alterar-se à medida que novos aspectos envolventes do fato vão sendo descobertos.

Não perderá de vista, entretanto, o encarregado do IPM, que toda a sua tarefa é a de cobrir e recobrir com provas (testemunhais, periciais, etc), o fato sobre o qual se debruçam as suas investigações. E só um exame teórico cuidadoso das definições legais permite a capacitação a respeito da distinção entre os aspectos factuais que exigem serem provados e aqueles que são indiferentes à configuração da hipótese.

Nos itens subseqüentes, alinham-se, em idéias rápidas, algumas noções doutrinárias julgadas úteis aos encarregados de IPM.

4. Elementos do crime

O crime importa sempre em uma ação humana que provoca um resultado de dano ou apenas de perigo contra um bem juridicamente tutelado.

a. Ação

A ação é o primeiro momento objetivo ou material do delito. Não há crime sem ação exterior que o revele.

Num momento anterior à ação pode existir vontade, determinação, cogitação, consentimento, ou até mesmo um plano detalhado, mas que ainda vive em estado de pensamento. Essa fase, se não vier seguida da ação, não interessa ao Direito, porque ela nem chega a pôr em perigo a sociedade.

Por ação se compreendem o comportamento humano positivo (ação estritamente considerada) e a omissão (ação negativa). No primeiro caso temos os crimes comissivos, v.g. "matar alguém" (art. 205 do CPM). No segundo, temos os crimes por omissão, v.g. "Deixar o militar... de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia..." (art. 151 do CPM).

A comissão pressupõe uma obrigação, um dever um compromisso a que o agente deveria atender.

Inclusive nos crimes culposos, por negligência, imprudência ou imperícia, identifica-se ação humana, porque o agente deixa de "empregar a cautela, atenção ou diligência ordinária, ou especial, a que esteve obrigado em face das circunstâncias" (inciso II do art. 33 do CPM).

b. Resultado

Resultado é o mesmo que efeito imediato da ação. Na ação homicida o resultado é a morte de alguém. No furto,

o resultado é a subtração da coisa alheia móvel da esfera de disponibilidade de quem legitimamente a detenha (artigo 240 do CPM).

Nos delitos chamados materiais, a definição da lei subentende o resultado. Outras figuras penais existem, entretanto, chamadas formais, de simples atividade ou de mera conduta, em que a lei não exige nem descreve um resultado aparente. Entre estes estão, v. g., os de calúnia (art. 214 do CPM) e os de injúria (art. 215 do CPM), que se completam com a simples ação humana, sem indagar-se se ele efetivamente causou resultado de dano ou de perigo ao bem jurídico tutelado, que no caso exemplificado seria a honra da vítima.

Uma outra classificação que interessa ao estudo do resultado é a que divide os crimes em "crimes de dano" e "crimes de perigo". Os primeiros se completam com dano efetivo e consequência; exigem um resultado sensível. Os de perigo se consumam com a mera visualização da probabilidade de dano. Considera-se aí o perigo como um trecho do caminho lógico que antecede a uma realidade de dano. Exemplo de crime de perigo tem-se no "caput" do art. 8.º da Lei de Segurança (Dec.-lei n.º 898/69): "Entrar em entendimento ou negociação com governo estrangeiro ou seus agentes, a fim de provocar... atos de hostilidade contra o Brasil." Já a hipótese do parágrafo único do citado artigo se refere a um crime de dano: "Se os atos de hostilidade forem desencadeados..."

c. Nexo causal

Estudou-se a ação e depois o resultado. Cumpre agora verificar-se a necessidade da existência de uma estreita relação de causa e efeito entre essas duas entidades. Ter-se-á, então:

1) Nexo de causalidade material

É a consideração de uma relação física de causalidade eficiente entre a ação e o resultado. A questão está definida

de modo claro no art. 29 do CPM: "O resultado de que depende a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido".

Ao exame desse artigo, conclui-se que ação criminosa é aquela que de algum modo contribuiu para o resultado criminoso, é a que importa em condição sem a qual o resultado não teria vindo à existência ("conditio sine qua non").

No sistema do CPM é irrelevante distinguir entre causa, concausa, condição, causa necessária, causa suficiente. Todas elas são consideradas equivalentes, como promotoras do evento; todas são igualmente fontes do resultado, ainda que qualquer uma, sem o auxílio das outras, não tivesse sido bastante.

Assim, se "A" fere "B", que vem a morrer por falta de tratamento oportuno ou adequado, "A" responde pelo evento morte. Mas, se "A" fere "B" que, quando levado ao hospital na ambulância dirigida por "C", vem a sofrer acidente de trânsito e morre, ter-se-á que "A" deve responder apenas pelos ferimentos e que "C", o culpado pelo acidente, deve responder pelo resultado morte. Com efeito, o nexó físico inicial, entre a ação de "A" e o resultado final, foi entrecortado por outra cadeia causal — ação de "C" — autônoma e independente da primeira.

2) Nexó de causalidade psicológica

Não basta, entretanto, para a configuração do crime, a verificação do nexó físico ou material. É indispensável a existência concomitante de um liame de causalidade psicológica, cadeia que une a vontade do agente (que comanda a sua ação) ao resultado.

Se o nexó físico diz respeito ao elemento material, externo, objetivo, do crime, o nexó psicológico se refere ao seu elemento formal, interno, subjetivo.

Entra-se aqui nos domínios da culpabilidade, vale dizer, nos domínios da consciência do agente. É o momento de indagar a direção e a medida da vontade do agente, bem como se no âmbito do seu pensamento existia um juízo de reprovação, isto é, a consciência de não agir conforme as normas de convivência social. Diz-se, a propósito, que a culpabilidade é, a um só tempo, psicológica e normativa.

As modalidades em que se apresenta a culpabilidade vão esquematizadas no quadro abaixo, relacionadas aos diversos resultados possíveis:

Note-se que nas hipóteses preterdolosas o resultado obtido está além do resultado desejado. Já na tentativa a situação é inversa, isto é, o agente pretende resultado mais grave, mas, por circunstâncias alheias à sua vontade, obtém apenas resultado menor, menos grave.

As observações acima ajudam a compreender que um crime só se aperfeiçoa quando concorrem os elementos objetivos e subjetivos da previsão legal.

Examine-se, a propósito, uma hipótese de crime tipicamente militar, a do art. 168 do CPM: "Conservar comando ou função legitimamente assumido, depois de receber ordem de superior para deixá-los ou transmiti-los a outrem". Ter-se-á que, se alguém obstinadamente se conserva no comando, mesmo com a mais plena consciência de estar praticando crime, mas, se na realidade a ordem que recebera de deixar o comando era falsa, não há falar-se em crime algum. A carga de intencionalidade, por forte que seja, se não acompanhada do elemento objetivo, não perfaz entidade criminosa. A recíproca também seria verdadeira.

FORMAS DE CULPABILIDADE	DISPOSITIVO DO CPM	VONTADE	PREVISIBILIDADE E PREVISÃO		EXEMPLOS
			O resultado foi previsto pelo agente?	O resultado era previsível	
D O L O	Preterito	Várias hipóteses na parte especial	Sim	O resultado menor, sim; o resultado maior, não querido, não	<ul style="list-style-type: none"> — Vontade: ferir — Resultado: morte — Figura: lesão corporal dolosa seguida de morte (3.º parte, § 3.º, Art. 205)
	Dolo direto	1.ª parte do Inc. 1.º do Art. 33	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> — Vontade: matar — Resultado: morte — Figura: homicídio doloso (Art. 205, caput)
	Dolo eventual	parte final do Inc. 1.º do Art. 33	O agente não quer o resultado mas assume o risco de produzi-lo	Sim	Sim
C U L P A	Culpa consentiente	1.ª parte do Inc. II do Art. 33	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> — Vontade: nenhuma, salvo a de comportar-se sem a cautela, atenção ou diligência a que estava obrigado face às circunstâncias
	Culpa inconstitente	Parte final do Inc. II do Art. 33	Sim	Idem	<ul style="list-style-type: none"> — Resultado: morte — Figura: homicídio culposo (Art. 206, caput)

5. Culpabilidade, antijuridicidade e tipicidade

Dogmaticamente o crime será sempre uma ação típica, antijurídica e culpável.

a. Quanto à culpabilidade, já se viu que ela se apresenta sob as formas estritas de dolo, culpa e suas respectivas variantes.

b. A antijudicidade é uma qualidade da ação que aí identifica como contrária ao Direito. Um exemplo fará melhor compreender-se essa assertiva: se alguém, repelindo injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de terceiro e, utilizando-se moderadamente dos meios necessários, mata outra pessoa, não comete ação antijurídica, vale afirmar, não comete crime. Isso porque a própria lei é que autoriza esse procedimento, ao dizer expressamente que "não há crime quando o agente pratica o fato: ... em legítima defesa (Inciso II do art. 42, c.c. o art. 44 do CPM).

O mesmo se diga na ocorrência de outras hipóteses que a lei consagra como excludentes da ilicitude subjetiva ou objetiva (estado de necessidade, exercício regular de um direito, estrito cumprimento do dever legal, coação irresistível, erro de fato, etc.)

c. Quando as leis penais descrevem uma conduta humana considerada criminosa, diz-se que estão instituindo um tipo penal.

A conduta que a lei descreve é abstrata, hipotética, mas a conduta humana efetiva que com ela coincidir em toda a extensão dos detalhes estabelecidos é uma conduta criminosa (sendo, é lógico, simultaneamente antijurídica e culpável).

A tipicidade não é senão a conformidade do fato com a imagem abstrata que a lei consigna. Cada palavra definidora do tipo exprime uma circunstância de fato, indispensável à configuração do crime. A lei penal não dispensa detalhes,

nem admite interpretações analógicas, e parece que nisso mesmo é que reside uma das suas principais grandezas, pois que assim o é para garantia suprema dos cidadãos.

Se o IPM se destina, como no início se disse, a oferecer ao representante do Ministério Público a notícia da existência de um fato criminoso e sua respectiva autoria, compete ao encarregado do IPM carrear provas sobre a ocorrência da totalidade das circunstâncias e detalhes integrantes do tipo penal que julga ter sido violado pelo agente.

Para que se não perca de vista nenhum desses detalhes indispensáveis, cumprirá o estudioso a tarefa de decompor o tipo criminal, quando encontrará, ordinariamente, o seguinte:

— *um núcleo*, designado por um verbo que exprime a ação do agente, v.g. abandonar (art. 195 do CPM), embriagar-se (art. 202 do CPM), matar (art. 205 do CPM);

— *uma referência ao sujeito ativo*, v.g. o comandante (art. 199 do CPM), o militar (art. 203 do CPM), o oficial da ativa (art. 204 do CPM), querendo significar que somente pessoa revestida dessas qualidades é que pode cometer os crimes especificados;

— *uma referência ao sujeito passivo* v.g. o superior (art. 298 do CPM), o assemelhado (art. 300 do CPM);

— *uma referência ao objeto material atingido pela ação*, (que frequentemente se confunde com o sujeito passivo), v.g. alguém (art. 205 do CPM), documento (art. 288 do CPM), segredo (art. 230 do CPM), tapume (art. 257 do CPM).

Muitas vezes ainda se encontram, como integrantes do tipo, alusões aos meios empregados, aos motivos, à finalidade, ao tempo, ao lugar da ação e a outras circunstâncias.

Normalmente, a designação do bem jurídico tutelado está expressa nas emendas, títulos ou capítulos da lei penal. Assim, tem-se no Dec-lei n.º 898/69 que os tipos de ação nele defini-

dos importam em ofensa aos seguintes bens jurídicos; segurança nacional, ordem política e ordem social. Por outro lado, nas definições contidas nos artigos 240 e 267 do CPM, o bem jurídico é o patrimônio. As objetividades jurídicas tuteladas pelos artigos 183 e 203 do CPM são o serviço militar e o dever militar.

6. Questão das provas

Prova de autoria diz respeito à identificação cabal e incontestável do agente ou agentes do crime.

Prova de materialidade concerne a cada circunstância componente do tipo, sem dispensa de nenhuma.

O CPPM, em seus artigos 294 a 383, trata dos atos probatórios, examinando as várias modalidades aceitáveis em juízo.

As provas não têm peso que as diferenciem entre si. Alguém já disse que entre as provas não existem rainhas nem prostitutas. Os juizes subordinam sua decisão unicamente à base de um convencimento livre, que se passa no mundo íntimo das respectivas consciências. A convicção se chega através de operação lógica que se realiza a partir dos elementos probatórios que o processo contém em suas entranhas. Não pesa no juízo a simples opinião ou o mero palpite contido no relatório ou na solução de um IPM, mas a prova testemunhal, a documentação dos fatos, a conclusão pericial, esta, quando baseada na observação também de fatos, coerentes com os ensinamentos das ciências e largamente fundamentada.

Só as provas são instrumentos de convencimento; colhê-las é função do encarregado do IPM.

É mister que as provas sejam:

- *consistentes*, no sentido da eficiência para convencer;
- *idôneas*, no que respeita a suas fontes;

- *formais*, no sentido da obediência estrita às regras da sua arrecadação;
- *abrangentes*, em alusão à cobertura de todos os aspectos e circunstâncias do tipo criminal de que se trata.

7. Considerações sobre a tentativa

Prescreve o artigo 30 do CPM: “diz-se o crime: I — *consumado*, quando nele se reúnem todos os elementos da definição legal; II — *tentado*, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.”

Um fato criminoso, por mais rapidamente que se tenha completado, comporta um encadeamento cronológico de etapas distintas:

- 1ª fase — subjetiva ou pensamental, em que se desenvolve a cogitação;
- 2ª fase — objetiva ou física, em que se desenvolvem os atos preparatórios (ordinariamente caracterizados pela tomada e preparo dos instrumentos de ação);
- 3ª fase — também objetiva, dos atos de execução, em que se inicia a realização efetiva do tipo;
- 4ª fase — da consumação, que se verifica no momento em que vem à existência a ação significada pelo verbo, elemento nuclear do tipo.

Esse faseamento é conhecido pela denominação de “*ter criminis*”. Em verdade é como se fora um caminho que o agente percorre desde a cogitação até a consumação.

A questão reside em determinar-se a partir de que momento, nesse caminho, o agente penetra na esfera do ilícito, isto é, a partir de que ponto deve cogitar-se de punibilidade.

Desde logo se diga que a 1ª fase — da cogitação — não é punível, é indiferente ao Direito.

As ações da 2ª fase — preparatórias — só excepcionalmente são puníveis e em tais casos a lei expressamente o diz.

Exemplo, tem-se no artigo 10, do Dec.-lei n.º 898/69: "Aliciar indivíduos de outra nação para que invadam o território brasileiro, seja qual for o motivo ou pretexto." Trata-se de um crime que já se tem por consumado com a só realização do aliciamento, que é, evidentemente, um dos atos preparatórios da invasão.

As ações inseridas na 3ª fase — de execução — são ordinariamente puníveis. Trata-se aí de hipótese em que já se iniciou a realização do tipo, com atos idôneos (hábeis, válidos) à consecução do que o agente tenha cogitado.

Anibal Bruno afirma que a "tentativa é a figura de um crime truncado, devendo possuir tudo o que caracteriza o crime, menos a consumação." E completa: "compreende, portanto: a) uma ação que penetrou na fase de execução do crime, isto é, que se dirige no sentido da realização integral de um tipo; b) interrupção dessa fase executiva do crime por circunstância estranha à vontade do agente; c) dolo em relação ao crime total." (in *Direito Penal, Parte Geral, Tomo II*, Pág. 239).

Efetivamente, não é fácil estabelecer-se uma regra geral, determinante do faseamento e do momento punível, adequada a todos os tipos criminais. Crimes existem que nem admitem tentativa (vg. calúnia e difamação). Cada tipo, particularmente, comporta um estudo teórico em separado, assertiva que é ainda mais verdadeira quando o estudioso se desliga das hipóteses meramente abstratas para um mergulho no exame de fatos concretos, tão variados são os momentos e circunstâncias com que se compõem os itinerários delituosos.

O que compete, porém, ao encarregado de IPM, é reunir provas da existência de cada momento e das respectivas circunstâncias.

8. Considerações sobre a co-autoria

O assunto é tratado pelo art. 53 e seu parágrafo 1.º, do CPM, "in verbis": "Quem, de qualquer modo, concorre para

o crime incide nas penas a este cominadas" e "A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade..."

Depreende-se daí que aquele que contribui, por qualquer modo, para a realização do crime é co-autor desse crime, mesmo não havendo entre a ação que praticou e o elemento nuclear do tipo uma conformidade evidente.

Examina-se um exemplo: "A" pretende a morte de "X", para o que encarrega "B", o qual pede a "C" que adquira uma arma, enquanto gratifica "D" para ficar de tocaia e garantir a fuga de todos; "E" proporciona condução para o transporte dos criminosos; e, enquanto "F" e "G" imobilizam a vítima, "B" desfere nela o tiro mortal.

Aqui, em que indudioso é o nexa de causalidade física, o problema se resolve pelo levantamento do nexa da causalidade psicológica relativo a cada indiciado.

O esquecimento da concomitância dos dois liames de causalidade poderia levar ao absurdo de punir como co-autor o carpinteiro que fez a cama onde se praticou o adultério!

Conseqüência prática para o encarregado do IPM, a tirar da lição deste tópico, é a de que deve fazer prova de cada detalhe e descrever, em seu relatório, a exata participação de cada indiciado, sob os aspectos objetivo e subjetivo.

9. Considerações sobre o relatório

O art. 22 do CPPM estabelece um roteiro a seguir na composição do relatório do IPM, que, esquematicamente, é o seguinte:

a. *Na primeira fase o encarregado mencionará:*

- "as diligências feitas", isto é, os exames, perícias, buscas, apreensões, prisões, levantamentos etc.;
- "as pessoas ouvidas" (testemunhas, indiciados, ofendidos), fazendo referência à folha ou às fo-

lhas dos autos que contém o registro dos respectivos depoimentos, com uma síntese da contribuição probatória (resultado) que cada uma ofereceu para o esclarecimento dos fatos.

b. *Numa segunda fase*, fará uma crítica do conjunto das provas colhidas, analisando especialmente os pontos de concordância e de divergência sobre questões fundamentais, e a força de convencimento que atribui a cada versão.

c. *A terceira fase é conclusiva e relacionada com as anteriores*, contendo a versão do relator; tem lugar aí a narrativa circunstanciada do fato apurado, com referência do dia, hora, lugar, modo, finalidade, motivo, instrumento, etc. Definir-se-á, em separado, a participação de cada agente envolvido.

d. Finalmente, numa *quarta fase*, "dirá se há infração disciplinar a punir ou indício de crime, pronunciando-se, neste último caso, sobre a conveniência da prisão preventiva do indiciado, nos termos legais".

A justificativa do pronunciamento pela prisão preventiva será necessariamente fundada em uma das hipóteses do artigo 255 do CPPM.

Cumprе salientar que não é exigido do encarregado do IPM que proceda ao enquadramento dos indiciados, com citação expressa dos dispositivos legais ou regulamentares que julga terem sido infringidos. Essa tarefa pertence ao representante do Ministério Público, em caso de crime, ou ao comandante militar do indiciado, em caso de transgressão disciplinar.

10. Considerações finais

a. Observe-se, por ser de fundamental importância, que o IPM visa à apuração de *fatos* e respectiva *autoria* e que essa apuração se traduz em *produção de provas*.

Nada valem acusações vazias e desamparadas de provas. Essas não passam de meras rotulações sem efeitos nem sentido. São desse gênero as que se limitam a assacar que alguém "é subversivo" ou "é criptocomunista" ou "é agitador".

Não têm valla, igualmente, as acusações inespecíficas, do tipo "tentou mudar a ordem político-social vigente", que só fazem repetir o texto hipotético da lei, ou melhor, a hipótese que ela define, mas não aludem a fatos, de existência real, que tenham importado na configuração da hipótese citada.

O relatório é o balanço escrito de todo o IPM e, muitas vezes, ao final do caminho longo e cansativo das diligências e dos perigos, sente o encarregado do IPM que os subsídios que ele conseguiu coligir e documentar provam justamente a inocência dos inicialmente indiciados ou provam que os fatos praticados não constituem crime algum. E tudo isso pode ocorrer num contexto em que superiores e circunstantes parecem esperar um resultado diverso, descobridor de crimes e criminosos. Nada disso perturbará o encarregado do IPM, entretanto, que, do fundo da sua consciência e na manipulação lógica das provas, terá a coragem de afirmar inocências, tendo presente que o seu trabalho foi feito para produzir verdade, apenas verdade, não necessariamente conclusão de culpa ou de crime.

b. Todo o trabalho do IPM deve ser conduzido sob o signo da objetividade. Objetivos serão os quesitos formulados aos peritos, serão as diligências, serão os depoimentos e interrogatórios. Objetiva será a seleção e a crítica das provas. Objetivo, sistemático, conclusivo e coerente será o relatório. Não se deve perder o IPM na averiguação de fatos colaterais sem importância nem de detalhes que não digam respeito às circunstâncias essenciais do tipo penal presumivelmente violado.

Tendo em vista que é para a apuração de crime que o IPM é instaurado, a mera prática de transgressão disciplinar pode ser apurada incidentalmente, mas esta não é a finalidade principal do IPM.

A objetividade é, entretanto, uma diretriz, não um delírio que conduza ao exagero de um trabalho truncado, sem nexos lógicos, incompleto, deficiente ou lacônico.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- E. MAGALHÃES NORONHA — Direito Penal, Curso de Direito Processual Penal, O Crime Culposos;
- ANIBAL BRUNO — Direito Penal;
- NELSON HUNGRIA e outros — Comentários ao Código Penal;
- HÉLIO TORNAGHI — Manual de Processo Penal;
- OLAVO DE OLIVEIRA — O Delito de Matar;
- FLAMARINO MALATESTA — A Lógica das Provas em Matéria Criminal;
- EUGÊNIO CUELLO CALON — Derecho Penal;
- GUISEPE BETTIOL — Direito Penal;
- R. MAURACH — Tratado de Derecho Penal;
- HELENO C. FRAGOSO — Lições de Direito Penal (excelente) e Conduta Punível;
- SOUZA NETO — O Motivo e o Dolo;
- EDUARDO ESPÍNDOLA FILHO — Código de Processo Penal Brasileiro Anotado;
- ROMEIRO NETO — O Direito Penal Militar nos Casos Concretos;
- FREDERICO MARQUES — Elementos de Direito Processual Penal;
- REVISTA BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA E DIREITO PENAL (Vol 1 a 16)
- REVISTA DE DIREITO PENAL, do Instituto de Ciências Penais da Faculdade de Direito Cândido Mendes.

Muniz de Aragão

— Patrono

da Veterinária Militar

Gen Bda
ESTEVÃO ALVES CORREIA FILHO

A 17 de junho, comemoramos o centenário de nascimento do Tenente-Coronel João Muniz Barreto de Aragão, insigne Patrono do Serviço de Veterinária, nascido na velha província da Bahia, berço das tradições nacionais. Seus pais foram: Antonio Muniz Barreto de Aragão, Barão de Mataripe, titulado por decreto de 12 de janeiro de 1884, moço fidalgo com exercício na Casa Imperial, Fidalgo Cavaleiro, Cavaleiro da Real Ordem de Cristo de Portugal e Comendador da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém, e D. Maria Tereza Muniz de Aragão, Baronesa de Mataripe.

Dentre os inúmeros representantes de sua progênie ilustre relembramos: Francisco Muniz Barreto, filho do Tenente-Coronel Luiz Antônio Muniz Barreto da Silveira, estudante de humanidades, com destino ao Curso de direito da Universidade de Coimbra, assenta praça e luta pela independência da Bahia como Cadete da Arma de Artilharia. Com-

bate como Tenente, no Rio Grande do Sul, de onde regressa em 1829. Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro e condecorado com a Medalha de Guerra da Independência. Deixou escritos e conhecidos 17 trabalhos literários. Foi também, de 1829 a 1833, redator do "Diário do Rio."

Marechal Domingos Alves Branco Muniz Barreto, baiano, nascido em meados do século XVIII e falecido no Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1831, herói na guerra da independência, ocupou o cargo de vogal do Conselho Supremo Militar. Comendador da Ordem de São Bento de Aviz. Orador de renome, foi o brasileiro que sugeriu o título de Imperador, e não de Rei, a D. Pedro I. Legou ao Brasil copiosos trabalhos de direito de geografia, de agricultura, de literatura e de história;

Joaquim Anselmo Alves Branco Muniz Barreto, filho do desembargador de mesmo nome, nascido na Bahia em 1800, e fa-

lecido no Rio de Janeiro em 1885, formou-se em direito pela Universidade de Coimbra. Deputado em duas legislaturas, durante dez anos, pelo Rio de Janeiro, foi decano do jornalismo e magistrado. Foi redator do "Correio Mercantil" e legou interessantes trabalhos sobre a fundação do Império do Brasil.

Os ascendentes de Muniz de Aragão, com suas vidas brilhantes, deixaram nos nossos dias os seus representantes que continuam não desvirtuando essa genealogia ilustre. Mas entre estes e aqueles, a pontificar-se, encontramos a figura impar do próprio Muniz de Aragão, por isso que, embora nascido em berço de ouro, não permitiu que facilidades aliantes de uma época conturbassem a visão panorâmica do futuro.

VIDA MILITAR

Nasceu a 17 de junho de 1874 em Santo Amaro, Bahia.

Nomeado em 20 de novembro de 1900 médico adjunto, em exercício de 7 de dezembro de 1900; Praça de 23 de abril de 1901; Capitão de 27 de agosto de 1908; Major de 27 de outubro de 1914, por merecimento; Tenente-Coronel por merecimento, de 9 de julho de 1919. Falecido em 16 de janeiro de 1922, no Rio de Janeiro.

Inicia seus trabalhos na profissão aos 23 anos, seguindo como interno dos hospitais, para o interior do sertão em campanha federal. Nomeado médico adjunto do Exército, é designado para

servir em Santa Catarina, regressando ao Rio em 1901 para prestar concurso de admissão ao Corpo de Saúde do Exército, obtendo o 3.º lugar e sendo nomeado 1.º-Tenente médico. Serve nos três anos iniciais de sua carreira no Hospital Central do Exército, na Enfermaria Militar de Nioaque, na Fortaleza de Santa Cruz, no Forte de Imbuí e na Escola Militar, em todos os lugares deixando trabalhos de relevo. Em 1904, foi designado para servir no Laboratório Militar de Bacteriologia, hoje Instituto de Biologia do Exército, onde encontra campo para seus trabalhos experimentais.

O CIENTISTA

Nesse Instituto, começaram as primeiras pesquisas da veterinária militar, trabalhos esses transferidos em 1914, para o Laboratório da Escola de Veterinária do Exército. Em 1906, candidata-se à Academia Nacional de Medicina, com trabalho sobre cirurgia das hérnias, tese que teve o seu parecer elaborado pelo Professor Abreu Fialho. Mas, a grande glória de Muniz de Aragão, foi a publicação de memória original "Contribuição ao estudo do mormo no homem", que obteve menção de aprovação e distinção do Conselho Superior de Saúde, conforme publicou a Ordem do Dia n.º 7, de 5 de fevereiro de 1907. Nesse mesmo ano, na Academia Nacional de Medicina, trava discussão com o Dr. Antonio Ferrari a respeito das más condições sa-

nitárias da guarnição federal do Rio de Janeiro, motivada pela incidência da malária. Firmado como cientista, é designado pela Academia Nacional de Medicina para estudar no Município de Cantagalo — Estado do Rio de Janeiro, a febre aftosa que grassava epizooticamente entre os rebanhos, tendo demonstrado profundos conhecimentos experimentais. Essas pesquisas vêm comprovar os seus estudos feitos de 1904 a 1907, que culminaram com as extinções de enzootias e a fundação da Escola de Veterinária do Exército.

Para termos uma idéia do estado calamitoso em que se encontrava a cavalaria das Unidades montadas, basta citarmos que nos Corpos e Estabelecimentos militares do Rio de Janeiro, a situação era a seguinte: ano de 1908, entre 608 cavalos, 550 eram mormosos; ano de 1909, entre 952 cavalos, 149 eram positivos para mormo, já havendo início de decréscimo de casos.

Muniz de Aragão é, nesse ano de 1908, nomeado para os trabalhos especialmente veterinários, poucos meses antes de ser promovido a Capitão.

Prosseguem, então, seus trabalhos de combate a uma multiplicidade de doenças infecciosas e parasitárias, num período de 12 anos, numa campanha sanitária que custou aos cofres públicos a soma de 10.000 contos de réis.

Dessa Campanha, originou a progressiva redução da incidência do mormo de 25% para su-

cessivamente 19%, 9%, 7% e 0%, segundo as estatísticas levantadas pelo nosso patrono.

O seu último trabalho de saneamento foi elaborado em cumprimento ao Aviso Ministerial (Ministério da Guerra), n.º 1.450, de 10 de novembro de 1919, tendo esses trabalhos sido prolongados até 1920.

O IMORTAL

Sua vida, tida como modelo de trabalho, tenacidade e persistência, não poderia encerrar com a sua morte.

Já desde cedo, em 1906, imortalizara-se ao ser admitido como membro da Academia Nacional de Medicina, tendo sido seu secretário, no biênio 1909-1910.

Em 1922 é criado o prêmio Dr. Muniz de Aragão, a ser conferido ao aluno, cujo aproveitamento e mérito nos três anos do curso da Escola de Veterinária do Exército, o torne "primus inter pares" de sua turma.

Em 1940 é considerado Patrono do Serviço de Veterinária do Exército, por ter prestado ao Exército assinalados serviços, consagrando à Veterinária Militar persistentes e eficazes esforços para a fundação e desenvolvimento do respectivo serviço.

É confirmado como Patrono do Serviço de Veterinária pelo Dec. Lei n.º 51.429, de 13 de março de 1962.

A sua imortalidade, se não bastassem os trabalhos deixados, está expressa em frase gravada

em herma erigida na Escola de Veterinária, legenda de Waldemiro Pimentel: "Vivo, bem vivo é quem morto, o bronze perpetua".

O CARÁTER

Ao ser saudado pelo Presidente da Academia Nacional de Medicina, Professor Azevedo Sodré, são salientadas a persistência e a tenacidade do Dr. Muniz ao entrar para a Academia, provando as qualidades fortes do seu caráter.

Ao ser posto à disposição do Ministério da Agricultura para organizar o Serviço de Defesa Sanitária Animal, o Diretor do Laboratório Militar de Bacteriologia manifesta "o seu pesar por ficar a respectiva diretoria privada de tão poderoso auxiliar, o qual, por sua assiduidade, desvelado amor ao trabalho, capacidade profissional e lealdade, torna-se merecedor da mais alta estima e consideração".

Defende seus pontos de vista com ardor e trava longa discussão na Academia de Medicina sobre a febre aftosa, em que também tomam parte os professores Fernando Magalhães, Henrique Autran e Henrique de Sá.

A respeito da contratação de veterinários, em vigor até 1910, defende a necessidade da diplomação no Curso de Veterinária. Chega mesmo a dizer, em conferência no Clube Militar em 1918, comentando o Aviso de 1.º de dezembro de 1911, que isentava do diploma científico aqueles que

apresentassem atestados ou justificações fornecidas por pessoas competentes. E diz com energia: "Que fossem aproveitados os que já serviam ao Exército, creio que era um ato de justiça; mas abrir as portas a qualquer que quisesse vir fazer um concurso, munido somente de um atestado qualquer, era burlar tão auspiciosa iniciativa e embaraçar o futuro de uma instituição, que acabava de ser criada".

Defende seus pupillos com veemência, mesmo naqueles anos iniciais, contra os entendidos da época, que interferiam até nos tratamentos dos cavalos, buscando sempre na ciência a base dos seus argumentos e dizia: "Viram os que nos ouvem quão prejudicial são estes elementos conhecidos por entendidos, e chamados pelos franceses "Les hommes de cheval", e para que deles nos livremos, precisamos antes de tudo, tratar da instrução do veterinário. E completava: "Meus senhores, o problema da instrução do veterinário é bastante sério por qualquer lado que seja ele encarado. O irracional é um ser organizado, possui uma engrenagem completa e complexa a sua organização; por conseguinte, se ninguém, sem o conhecimento de determinada máquina e pode dirigir, sem tirar dela o rendimento que pode fornecer, não se deve admitir que seja improvisado o indivíduo que tem de se ocupar desta outra máquina, animada, é verdade, sem o prévio conhecimento da sua estrutura e das suas falhas, do seu funcio-

namento e dos que pode se servir para corrigi-los e modificá-los".

O MESTRE

Após ingentes esforços conseguiu a implantação do Curso Prático de Veterinária do Exército no quartel, sito em São Cristóvão, a 17 de julho de 1914, célula inicial desta Escola e do Serviço de Veterinária.

Ao diplomar a primeira turma de veterinários, em dezembro de 1917, onde são formados 6 dos 11 matriculados, dita verdadeiras aulas do bom caminho a seguir. Disse: "Solidificai, pois, o vosso espírito, preparai o vosso temperamento para que, da vossa inquebrantável resistência, reconfortada pela abnegação, pelo sacrifício, pelo amor à vossa classe, consigais vos desobrigardes das vossas responsabilidades".

A efetivação da instituição do ensino veterinário, a extinção das enzootias reinantes na cavahada do Exército desde o Brasil colônia e a redação e execução do primeiro código sanitário animal são os pontos altos de sua vida em proveito da Pátria.

O ORGANIZADOR

Posto à disposição do Ministério da Agricultura, organiza o Serviço de Defesa Sanitária Animal daquele Ministério e soluciona numerosos problemas sanitários e econômicos da produção animal.

Em 1912, apresenta ao Governo, por intermédio da Acade-

mia Nacional de Medicina, judiciosas conclusões sobre as condições dos estábulos do Rio de Janeiro. Essas conclusões são até hoje de alto tino científico e entre elas salientamos:

- a) proibição dos estábulos;
- b) exame sistemático do gado e criação do Hospital Veterinário;
- c) tuberculização sistemática do gado;
- d) organização de laboratório de pesquisas completo para análise de leite e produtos lácteos;
- e) leite filtrado, pasteurizado e homogeneizado.

Nessa mesma época, apresentou, na Academia de Medicina, trabalho sobre Laboratório Nacional de Análises a propósito de projeto em discussão no Congresso Nacional.

Em agosto de 1915, funda com os Drs. Alvaro Tourinho, Arthur Lobo, Moreira Sampaio, Murilo de Campos, Afonso Ferreira, Alarico Damasio, Alves Cerqueira e outros, a Sociedade Médica Cirúrgica Militar, sendo designado orador para a sessão inaugural dessa Sociedade.

O seu tino de organização está sintetizado nas três idéias básicas citadas em seu discurso de inauguração desta Escola a respeito da criação animal.

Disse ele: "Três são os elementos principais para o seu desenvolvimento prático: bons profissionais, boa política sanitária dos animais e bons campos de cultura forrageira".

O POETA

Seus discursos e conferências demonstram a sua veia poética ao lado de uma modéstia invulgar. Ao discursar em 1915 na sessão inaugural da Sociedade Médico-Cirúrgica Militar, assim expressou como orador oficial:

"De um lado a sua figura insignificante em um frágl batel, entregue ao acaso, ao tudo, ao nada, no selo das ondas embaladas pelo incessante vaivém, provocado pelo oscular constante das brisas fagueiras; de outro, a convicção serena e tranqüila da onipotência divina e, desta comparação, lhe vem a ciência de sua inferioridade, que o esmaga, que pulveriza".

E mais adiante:

"Mas as minhas palavras não transfundem o murmúrio harmonioso e cadenciado das vagas osculadas pela brisa feiticeira, em suas eternas carícias, com que possa cantar hosanas à vossa obra; nem tampouco tem o brilho que espalha o astro vivificante; centro de mobilização de tantos planetas, gerador de vida, de luz e beleza sem conta, com que eu possa fazer brilhar e realçar a obra vossa, e assim dizer sinceramente, o que em meu espírito se avoluma neste momento, acerca de vossa grande e humanitária criação".

Ao agradecer a inauguração de seu retrato, em 1917, na Sala de Aula Dr. Muniz de Aragão, assim se expressou:

"O sol a brilhar aqui entre nós deve ter os raios puros e diá-

fanos, como os que iluminam, nas soberbas manhães, primaveris, os pincaros das nossas verdejantes colinas; deve ter essa inefável beleza que a natureza nos proporcionou para admirarem os nossos hóspedes".

E ao encerrar o discurso de inauguração da Escola de Veterinária, disse:

"Acabamos de despertar alegres de um sonho, em uma manhã risonha, tão comum em o nosso país, na qual não se sabe o que mais admirar, se o brilho ofuscante do sol que nos visita, se o quadro sedutor que a terra oferece aos ósculos do astro-rei; e é por isso que ousamos vos dizer que, devido a este concerto mavioso que nos inebria, ao prazer tangendo harpas em nosso coração, que transborda de sonoras melodias, alegres, triunfais, é que nos animamos a vir à vossa presença, com certeza indulgente, para celebrarmos, para comemorarmos, ao alcance das nossas forças, a inauguração da nova instalação da Escola de Veterinária do Exército".

O PLANEJADOR E ADMINISTRADOR

O nosso patrono era um planejador e administrador de escol e assim dizia:

"Não se limitem somente à ação de curar e zelar pela saúde dos animais da tropa, os serviços do veterinário de um exército moderno; as suas funções são hoje (e isto em 1917) mais importantes ainda.

Na recente guerra, vimos as nações mais cultas, como a França, destacarem um grupo de profissionais veterinários, aperfeiçoados durante a paz nos seus conhecimentos, para se encarregarem da fiscalização, em países estrangeiros e no próprio território, das conservas dos principais gêneros alimentícios, quer para os homens, quer para os irracionais”.

E mais adiante:

“Não queremos com isto dizer que as instalações existentes satisficam por completo às necessidades do ensino. Possui a Escola o primordial à instrução dos alunos; ressen-te-se, porém, ainda, da falta de certas dependências, como sejam: a sala para um museu, uma sala mais vasta para aulas, de um laboratório para zootecnia e bromatologia, uma enfermaria para isolamento, etc. mas isto virá com o tempo”.

E em 1918 concluía uma conferência:

“Precisamos em tempo de paz:

- Preocupar-nos com o preparo do pessoal;
- Precisamos porém de uma enfermaria veterinária;
- Autonomia, sob o ponto de vista técnico do serviço veterinário;
- Criação das enfermarias veterinárias regimentais;
- Reorganização do quadro;

— Organização dos postos de remonta, sob uma direção técnica;

— Organização do serviço de ferradores”.

A sua administração está comprovada pela sua prestação de contas ao passar o Comando desta Escola:

“Entrego-vos, além do material existente, mais de 50 contos de réis em material e instalações completamente novas, cerca de 100 contos ainda da verba obtida para esse fim, a verba para quantitativo e luz; edificios novos e belos construídos de acordo com as idéias mais em voga no mundo científico, outros a serem construídos, tudo em grande parte, permitam que diga, obtido, graças à confiança que nós, peregrinos dessa jornada, soubemos alcançar”.

Ao encerrar estas breves palavras, ditas mais por Muniz de Aragão pois são simples transcrições de seus trabalhos e discursos, para não fugir das suas idéias e ser fiel aos pensamentos emitidos, não poderia furtar-me ao dever de deixar patente que a gratidão dos veterinários ao nosso Patrono perdurará até a eternidade, comprovando Schiller:

“A glória é o mais alto bem
O corpo há muito é poeira
E o nome ecoa além”

BIBLIOGRAFIA

- Vulto da História Militar do Brasil — Waldomiro Pimentel — 1942;
- Os Patronos das Forças Armadas — Olyntho Pillar — 1966;
- História e Organização do Serviço de Veterinária do Exército — Waldomiro Pimentel.

O Uso Correto da Bandeira

Maj Inf QEMA
FILADELFO REIS DAMASCENO

1 — Introdução

A melhor forma de cultuar a nossa Bandeira e demonstrar o carinho e respeito que lhe devotamos é fazer com que ela seja sempre apresentada e usada corretamente. Além de dever cívico, essa atitude reflete o grau de educação de um povo e na sua preocupação com o seu país, que está sintetizado nos Símbolos Nacionais. Julgamos o assunto do presente trabalho muito oportuno, pois, temos constatado, em inúmeras situações, a inobservância dos dispositivos legais referentes ao uso de nosso pavilhão: Durante sessões cívicas, nos atos de inauguração de obras oficiais, na publicidade comercial e, até mesmo, nos desfiles de escolas e colégios.

A matéria é regulada pela Lei n.º 5.700, de 1.º de setembro de 1971, que, de certa maneira, alterou a filosofia do uso da Bandeira, tornando-o mais flexível e espontâneo, com a supressão de algumas proibições. Embora calcado na atual legislação, como não poderia deixar de ser, procuramos tornar o presente estudo objetivo e prático, reunindo sob o mesmo título os assuntos correlatos e fazendo os comentários que julgamos necessários para uma melhor compreensão.

2 — O Lugar de Honra

Em todas as apresentações no território nacional, o nosso lábaro ocupará sempre o lugar de honra. Esse dispositivo se aplica a qualquer situação onde o nosso estandarte esteja presente, seja hasteado, distendido e sem mastro, conduzido nas paradas e desfiles ou quando reproduzido sobre qualquer superfície. A compreensão desse ponto, que abordamos em primeiro lugar, facilitará em muito o uso correto do nosso vexilo. Entende-se por "lugar de honra" as seguintes posições, que devem ser ocupadas pela Bandeira Nacional:

a) Posição Central:

- Quando a nossa Bandeira se encontra isolada.
- Nos desfiles e formaturas, dois metros à frente das demais bandeiras e estandartes, independente do número destes.
- Quando o número das bandeiras apresentadas for *ímpar*, exceto para as paradas e desfiles, que obedecem à regra anterior.

b) A Direita do Centro:

- Das tribunas, púlpitos, mesas de reuniões ou de trabalhos, se estiver em mastro e em recinto fechado.
- Quando o número de pavilhões exibidos, incluída a Bandeira Nacional, for *par*. Se existirem dois estandartes, o símbolo da Pátria ficará à direita e o outro à esquerda. Nos demais casos de número *par*, a nossa Bandeira deverá ser colocada de modo que sempre tenha à sua direita uma bandeira a menos.

c) Precedência:

- Nenhuma Bandeira de outra nação poderá ser usada no País, sem que esteja ao seu lado direito,

de igual tamanho e em posição de realce, a Bandeira Nacional, salvo nas sedes das representações diplomáticas ou consulares.

- Ao serem hasteadas ou arriadas várias bandeiras, o pavilhão nacional deve ser o primeiro a atingir o topo do mastro e o último a dele descer.
- Nas composições de panóplias, escudos, flâmulas e outras concepções artísticas, juntamente com outras bandeiras, ocupará sempre o lugar de honra (centro para número ímpar e à direita do centro para número par), não podendo ser menor nem estar parcialmente encoberta pelas demais.

Para a definição do lugar de honra, considera-se “à direita do centro”, a direita de uma pessoa colocada junto aos pavilhões e voltada para o público que observa o dispositivo. Logicamente, para o espectador que assiste à cerimônia, a mesma posição será considerada como à esquerda do centro, por se encontrar com a frente invertida.

3 — Do Hasteamento e do Arriamento

A atual legislação dispõe que a Bandeira Nacional poderá ser hasteada em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito. Quanto à oportunidade e frequência do hasteamento, estabelece apenas os locais onde deve ser hasteada obrigatoriamente. Assim, para os órgãos públicos citados no art. 13 da Lei n.º 5.700, o hasteamento da Bandeira deve ser diário e pelo menos uma vez por semana e solenemente em todas as escolas. Nos dias de festas ou luto nacional, será hasteada nas repartições públicas, nos estabelecimentos de ensino e nos sindicatos. É interessante observar que o espírito do legislador, ao fixar a obrigatoriedade para as situações acima expostas, considerou-as o mínimo necessário e não pôs qualquer restrição ao hasteamento em outras ocasiões que justifiquem a medida.

O diploma legal em vigor, dentro do espírito aberto e flexível que o norteou, permite o hasteamento e o arriamento de nossa Bandeira a qualquer hora do dia ou da noite, eliminando as restrições quanto ao seu uso noturno. Exige, todavia que, à noite, ela esteja convenientemente iluminada, não podendo permanecer na penumbra ou escuridão. No dia 19 de novembro, por razões históricas, o hasteamento é realizado sempre às 12 horas, com solenidades especiais dedicadas ao Dia da Bandeira, inclusive o cerimonial de incineração das bandeiras em mau estado de conservação. Nos demais dias, normalmente, o hasteamento é feito às 8 horas e o arriamento às 18 horas. Observa-se que tais alterações foram acertadas e oportunas, não somente por permitirem o uso da Bandeira em atos noturnos, como por abolirem a rigidez do horário. Com efeito, num país extenso como o nosso, há situações em que o dia ainda não está claro às 8 horas ou em que já escureceu às 18 horas. Em ambos os casos, para cumprir o horário fixo, até então em vigor, a solenidade se processava às escuras, o que deve ser sempre evitado.

O hasteamento e o arriamento da Bandeira Nacional, em mastro ou adriça, deve ser feito solenemente, sempre que possível. Impõe-se uma atitude de atenção e de respeito da parte dos presentes, que devem permanecer de pé e em silêncio. Os militares executam a continência de estilo e os civis do sexo masculino conservam a cabeça descoberta. Essa maneira de saudar o pavilhão nacional aplica-se também aos desfiles e durante a execução do Hino Nacional, sendo vedadas outras formas de cumprimento, como os acenos, palmas, colocação da mão direita sobre o peito ou gritos.

Há duas situações em que devem ser observadas regras especiais. Quando vários pavilhões vão ser hasteados ou arriados simultaneamente, a Bandeira Nacional é a primeira a atingir o topo do mastro e a última a dele descer, numa demonstração patente de que ela simboliza a nossa soberania. Usada em funeral, ela permanece a meio-mastro ou meio-pau, mas, antes de atingir essa situação, deverá ser levada até o topo do mastro, tanto ao ser içada como na descida. É interessante

observar que a Bandeira somente será hasteada em funeral, em todo o País, quando o Presidente da República decretar luto oficial, estando os casos de hasteamento parcial regulados pelo art. 18 da Lei n.º 5.700.

Devemos lembrar ainda que o nosso estandarte, em tamanho ampliado, se encontra permanentemente hasteado em Brasília, em um mastro especial, que contém a seguinte inscrição na base: "Sob a guarda do povo brasileiro, nesta Praça dos Três Poderes, a Bandeira sempre no alto — visão permanente da Pátria". A substituição dessa Bandeira, símbolo perene da Pátria, é feita com solenidades especiais no primeiro domingo de cada mês.

4 — As Posições Corretas da Bandeira

Além dos cuidados a observar, para que a nossa Bandeira ocupe sempre o lugar de honra e de realce, é também de grande importância que o nosso pavilhão esteja apresentado em posição correta. Os erros mais comuns no uso da nossa Bandeira são os seguintes:

Quando hasteada, em mastro colocado no solo, a Bandeira se apresenta muito pequena em relação ao mastro ou toca no solo, por não ter sido observada a relação entre a largura da Bandeira e a altura do mastro. Quando distendida e sem mastro, muitas vezes é colocada com o lado menor do retângulo (largura), em sentido horizontal, com a estrela isolada para o lado. Ainda distendida e sem mastro, embora colocada na posição correta, é encoberta por pessoas colocadas nas proximidades, por não estar na altura conveniente. Nas paradas e desfiles, ser conduzida em posição horizontal, como se fosse um pano para a arrecadação de fundos ou, ainda, ser abatida em continência a qualquer autoridade. Da mesma forma, a nossa Bandeira não poderá ser usada cobrindo mesas, tribunas, retratos ou placas de obras a inaugurar, nem ser conduzida por animais.

Para que tais erros sejam evitados, basta observar as seguintes normas relativas ao uso da Bandeira corretamente:

- a) Quando hasteada, em mastro colocado no solo, a largura da Bandeira não deve ser maior que $1/5$ (um quinto) nem menor do que $1/7$ (um sétimo), não somente para manter uma relação estética entre ambos, como e principalmente para evitar que a Bandeira toque o solo.
- b) Quando distendida e sem mastro, coloca-se a Bandeira de modo que o lado maior do retângulo (comprimento) fique na horizontal e a estrela isolada para cima, não podendo o pavilhão ser ocultado, mesmo parcialmente, por pessoas sentadas em suas mediações.
- c) Nas paradas e desfiles, a Bandeira deverá ser conduzida do lado direito do corpo, com o mastro em posição próxima da vertical. Quando não existir o mastro, deve ser distendida como indicado no item anterior.
- d) Quando distendida sobre o ataúde, no enterro de cidadão que tenha direito a esta homenagem, ficará a tralha do lado da cabeça do morto e a estrela isolada à direita, devendo a Bandeira ser retirada por ocasião do sepultamento.
- e) Quando não estiver em uso, o nosso pavilhão deverá ser guardado em lugar digno, convenientemente dobrado.

5 — Os Usos Proibidos Por Lei

O art. 31 da Lei nº 5.700 define, expressamente, as seguintes proibições ao uso da Bandeira Nacional, por serem consideradas manifestações de desrespeito ao nosso pavilhão:

- a) Apresentar a Bandeira em mau estado de conservação.

- b) Mudar-lhe a forma, as cores, as proporções, o dístico ou acrescentar-lhe outras inscrições.
- c) Usá-la como roupagem, reposteiro, pano de boca, guarnição de mesa, revestimento de tribuna, ou como cobertura de placas, retratos painéis ou monumentos a inaugurar.
- d) Reproduzi-la em rótulos ou invólucros dos produtos expostos à venda.

Transcrevemos, integralmente, o texto legal, antes de comentá-lo, por entendermos que as constantes violações ao mesmo somente podem ser explicadas pelo seu desconhecimento. O nosso pavilhão somente deve ser utilizado quando se encontrar em perfeitas condições, cabendo aos responsáveis pela sua guarda a substituição por outro novo, quando se encontrar roto, sujo, descolorido ou estragado. Os pendões considerados sem condições para o uso devem ser encaminhados aos quartéis das Forças Armadas, onde serão incinerados no Dia da Bandeira, em belíssima e tocante cerimônia. Excetuam-se as Bandeiras relacionadas com importantes fatos históricos, as quais serão recolhidas aos nossos Museus. Embora seja comum o uso da bandeira de alguns países como roupagem, o mesmo não se aplica ao nosso estandarte, ficando os fabricantes, comerciantes e usuários sujeitos às sanções legais. Deve-se evitar também usar a nossa Bandeira como revestimento de tribuna, pano de boca ou toalha de mesa. O uso como cobertura de retratos, painéis e monumentos a inaugurar é um dos erros mais difundidos e pode facilmente ser evitado com a substituição da Bandeira por um pano com as cores nacionais. Convém lembrar que as cores nacionais (verde e amarelo) podem ser usadas sem qualquer restrição, inclusive associadas a azul e branco. A reprodução da Bandeira em rótulos e invólucros com fins comerciais é um abuso que não se justifica, aplicando-se a mesma proibição ao uso nas mensagens publicitárias. Ninguém, em sã consciência, pode admitir a utilização de nossa Bandeira para vender seja o que for.

Como não poderia deixar de ocorrer, a legislação prevê severas sanções e penalidades para os infratores. Nos casos mais simples, motivados pela ignorância e desconhecimento da Lei nº 5.700, onde não exista a intenção preconcebida de desrespeito ou ultraje ao nosso pavilhão, estarão sujeitos a uma multa no valor de uma a quatro vezes o maior salário-mínimo em vigor, após processo normal na justiça comum. Nas situações em que fique caracterizado o dolo e o propósito de vilipendiar a nossa Bandeira, o infrator será preso, processado pela Justiça Militar e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, podendo sofrer uma pena de dois a quatro anos de detenção.

6 — Alterações da Atual Legislação

A Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, introduziu algumas modificações relacionadas com a Bandeira Nacional, que analisaremos à guisa de atualização. Ao contrário dos diplomas legais anteriores, que restringiam o uso de nosso pavilhão aos momentos solenes, atos oficiais e manifestações coletivas, atualmente ele poderá ser apresentado em todas as expressões do sentimento patriótico dos brasileiros, seja oficial ou particular, coletivo ou individual, em qualquer lugar e a qualquer hora do dia ou da noite, desde que lhe seja assegurado o devido respeito. Observa-se, assim, que a Lei nº 5.700 é bem mais flexível que as anteriores, ampliando consideravelmente as condições de uso e demonstrando interesse na máxima divulgação do nosso pavilhão. Ao reconhecer, como igualmente representativas da alma nacional as manifestações individuais, oficializou o uso da Bandeira em inúmeras situações da vida cotidiana, como, por exemplo, nas competições esportivas por parte das torcidas, ou nos dias de festas nacionais pelo

cidadão isolado. Convém atentar, todavia, que a Bandeira não pode ser usada indiscriminadamente, segundo a vontade de cada um, permanecendo válidas as proibições apontadas neste trabalho.

O art. 1º da Lei nº 5.700, ao definir os Símbolos Nacionais, entre os quais está incluída a nossa Bandeira, declara que os mesmos são "inalteráveis". Foi uma medida acertada e que vem colocar uma pá de cal sobre as pretensões de alguns inconformados, que, periodicamente, surgem propondo modificações no nosso Pavilhão, apesar de sua aprovação pelo povo brasileiro durante 84 anos. O parágrafo IX, do art. 5º, estabelece que "as estrelas serão de cinco dimensões", o que veio corrigir a representação da estrela Sigma do Oitante (Distrito Federal), que é de quinta grandeza e vinha sendo representada como se fosse de quarta. A par desses acréscimos, a lei atual teve o texto aliviado da descrição de detalhes, que foram expostos nos anexos. Por fim, a sua redação é muito apurada e concisa, simplificando o texto com a reunião dos assuntos correlatos em um mesmo artigo.

7 — Conclusão

A Bandeira Nacional, síntese da nacionalidade e símbolo sagrado da Pátria, credencia-se a nossa admiração e respeito, em todas as situações em que a contemplemos. Espontânea e orgulhosamente, num ato de fé patriótica, devemos demonstrar, sem qualquer inibição, o quanto amamos ao nosso Pavilhão. Cultuemos a nossa Bandeira, conhecendo a história e os detalhes do "auriverde pendão da esperança", cantando os hinos e recitando as poesias em seu louvor, mas, principalmente e acima de tudo, fazendo com que ele seja usado corretamente. O seu emprego nas posições permitidas, a ocupação do lugar de honra, as saudações apropriadas e a sua utilização de modo digno são maneiras de demonstrar a importância que, merecidamente, lhe tributa-

mos. Foi esta a motivação que nos levou a empreender o presente trabalho, que, se contribuir de alguma forma para o uso correto da Bandeira, atingiu plenamente a sua finalidade.

BIBLIOGRAFIA

- Lei n.º 5.700, de 1 de setembro de 1971. (Dispõe sobre a Forma e a Apresentação dos Símbolos Nacionais.)
- Legislação anterior sobre os Símbolos Nacionais.
- Calandriello, Antonio — Bandeira do Brasil.

“O brilho de uma reputação é como o cristal do espelho, que o mais fraco hálito pode embaciar.”

BOURDALONE

A "Brigada Mecanizada Francesa 67"

Comparada com Unidades Análogas

de Outros Exércitos

Gen Eda

SYLVIO OCTAVIO DO ESPIRITO SANTO
(Artigo traduzido da "Revista Internacional
de Defesa")

1. Introdução

A organização das grandes Unidades do Exército Francês está baseada especialmente na hipótese de um conflito em que serão utilizadas armas nucleares ou, no mínimo, potentes meios de saturação. Em tais condições, qualquer concentração importante de elementos somente será possível durante curtos períodos de tempo.

A Grande Unidade básica é a "Divisão 67", composta de 3 Brigadas Mecanizadas que constituem os elementos essenciais de sua manobra e que, geralmente, contam com o reforço de destacamentos das unidades divisionárias ou de Corpo de Exército, assim como com o apoio da aviação e da artilharia.

2. A Brigada Francesa 67

Tal como é definida no planejamento em curso de desenvolvimento e como é idealizada nas forças de manobra, a "Brigada Blindada 67" se apresenta da seguinte maneira:

— Comando: um general-de-brigada, dispõe de um Estado-Maior e um Esquadrão de Comando provido de abundantes meios de comunicação;

- um regimento de carros de combate AMX 30;
- dois batalhões mecanizados;
- um grupo de artilharia; e
- uma companhia de engenharia.

Os movimentos da brigada efetuam-se em torno de seu elemento de choque: o regimento de carros de combate. Assim, pois, é útil recordar, rapidamente, as principais características do material de que está dotado. O carro AMX 30 cujo peso, em ordem de marcha, é de 36 toneladas, está armado com um canhão de 105 mm, que dispara projéteis anticarros de carga oca não giratórios, animados de uma velocidade inicial de 1.000 m/seg, cujos efeitos perfurantes são independentes da distância e satisfazem as normas adotadas na OTAN. A precisão do tiro é boa, até para distâncias superiores a 3.000 metros. O carro possui também um sistema ótico muito completo e satisfatório.

2.1 — O Regimento de Carros de Combate AMX 30

O regimento de carros de combate AMX 30, que é comandado por um Coronel que dispõe de 1 esquadrão de comando equipado com os meios de ligação e comunicações necessários, compreende:

- 4 esquadrões a 4 pelotões de 3 carros cada um, e
- 1 esquadrão mecanizado, equipado com viaturas blindadas de transporte de pessoal (VTP Bld) como também, 4 pelotões de 3 viaturas cada um.

O regimento de carros de combate consta, pois, incluindo os carros do Comando, de: 54 carros AMX 30 e 13 VTP Bld AMX.

As características essenciais desta unidade são: a organização quaternária e a constituição do pelotão a 3 carros, com o que se pretende obter maior flexibilidade nas opera-

ções. Uma vez que o regimento disponha do número de carros que geralmente estão previstos a estas unidades, essa organização proporciona ao comandante do esquadrão, e por isto mesmo ao próprio regimento, uma flexibilidade de manobra considerável, que permite numerosas combinações.

2.2 — Os Batalhões Mecanizados

Como se disse, na Brigada existem dois batalhões mecanizados, cada um comandado por um Coronel, que dispõe de 1 companhia de comando. Os elementos essenciais de combate são os seguintes:

— 2 companhias a 4 pelotões de 3 carros de combate AMX 13, armados com um canhão de 90 mm, e 1 pelotão a 4 carros, equipados com canhões e mísseis SS11;

— 2 companhias mecanizadas, compostas cada uma de 3 pelotões a 4 viaturas blindadas de transporte de pessoal, que são ou se converterão em viaturas poderosamente armadas.

O batalhão é também quaternário e se compõe de 180 viaturas, das quais: 26 carros leves AMX 13, 8 carros armados com canhões e mísseis e 38 VTP Bld AMX.

Os canhões de 90 mm dos carros de combate AMX 13 dispõem munição de carga oca, à velocidade inicial de 950m/seg, cuja capacidade de perfuração é independente da distância.

O SS11, de 165 mm de diâmetro, é um míssil terra-terra fioguiado e provido de um dispositivo de telemando automático, que leva uma ogiva de carga oca e tem um alcance de 3.000 metros.

As VTP Bld atuais serão substituídas, gradativamente, pelo AMX 10P, material anfíbio de interior pressurizado, armado com um canhão de 20 mm e mísseis, que reúne todas as condições exigidas para o combate moderno das unidades

mecanizadas. Sua aptidão para deslocar-se em qualquer terreno permitirá acompanhar os carros de combate em sua progressão.

Considerando a organização destes batalhões, aprecia-se até que ponto se conseguiu integrar os elementos que anteriormente constituíam duas armas distintas: a infantaria e os blindados. Graças à verdadeira mecanização destes batalhões, alcançou-se maior eficiência na ação de unidades destinadas a missões comuns.

Finalmente, a combinação nas companhias, de carros leves armados com canhões e outros equipados com mísseis, tem como objetivo complementar suas ações: o canhão permite abrir rapidamente o fogo contra objetivos situados dentro de seu alcance, enquanto que o míssil torna possível prolongar este alcance e garantir uma grande precisão de tiro. Esta integração irá aumentando à medida que se aperfeiçoem os materiais e se aproveite a experiência adquirida nas manobras efetuadas pelas unidades.

2.3 — Os Elementos de Apoio da Brigada

Na organização das forças francesas, o grupo de artilharia faz parte orgânica da brigada mecanizada. Este Grupo, equipado de meios adequados de observação, ligação e comunicações, compreende 3 baterias de cinco peças autopropulsadas de 155mm. Trata-se de excelente obuseiro, que tem um alcance de 20 km e é montado em um chassi de AMX 13. Entretanto, este material deverá ser substituído por peça do mesmo calibre, montada em torreta giratória.

Quanto à companhia de engenharia, é também integrada na brigada. Como é natural, esta subunidade dispõe dos materiais necessários para facilitar o movimento e a transposição de obstáculos, assim como para dificultar a progressão inimiga, mediante a colocação de minas e a destruição de obras-d'arte. A maioria dos materiais utilizados pela companhia são transportados em viaturas pertencentes à série AMX 13.

2.4 — Conclusões

Em conclusão, a Brigada Mecanizada francesa, tipo 67, constitui um todo orgânico, concebido para levar a cabo rápidas manobras com seus próprios meios, reforçados eventualmente pela Divisão. Seu elemento de choque é o regimento de carros de combate AMX 30, e seus Batalhões Mecanizados lhe permitem efetuar movimentos na direção principal do ataque, ou pelos flancos. A Brigada dispõe de elementos próprios de engenharia e de artilharia, que podem ser reforçados pela aviação ou por unidades postas à sua disposição pelos comandos superiores.

Numericamente, a Brigada Mecanizada, tipo 67, possui 226 viaturas de lagartas: 54 carros de combate AMX 30, armados com canhões de 105mm, 52 carros AMX 13, equipados com canhões de 90mm, 16 carros com mísseis SS11, 15 obuseiros de 155mm autopropulsados e 89 VTPS Bld. Seu efetivo se eleva a cerca de 5.000 homens.

Ela se enquadra na Divisão 67, cujo efetivo é cerca de 15.700 homens e 366 carros, dos quais 162 são AMX 30.

Uma vez analisada sua organização, é interessante compará-la com as organizações análogas dos exércitos alemão, inglês e norte-americano, integrantes da OTAN, assim como do russo, dentro dos acordos do Pacto de Varsóvia.

Antes de se tratar dessas organizações, precisar-se-á ter uma idéia geral das forças mecanizadas. Como consequência da rapidez que todos os Estados-Maiores julgam indispensável para efetuar as operações num eventual conflito em que serão empregadas armas nucleares, a antiga noção da infantaria a pé tende a desaparecer ou, pelo menos, evoluir consideravelmente, se bem que existam critérios divergentes sobre o papel reservado a esta arma. Normalmente, cada país adota critérios baseados nos ensinamentos extraídos diretamente da Segunda Guerra Mundial.

3. No Exército Alemão

O Exército Alemão concebeu e organizou a Brigada Mecanizada orgânica, segundo normas muito próximas às do Exército Francês. Os estrategistas alemães consideram que o maior perigo é constituído pelos carros de combate e, em consequência, esta preocupação normalizou a estrutura de sua Brigada, que compreende essencialmente:

— um núcleo de forças de combate, composto de um regimento de carros e dois batalhões mecanizados, e

— um conjunto de forças de apoio que, à diferença das francesas, dispõe de grupos de caça-carros e de uma bateria antiaérea (as unidades de reconhecimento, artilharia e engenharia são de importância análoga às da Brigada Francesa).

Antes de se falar dos materiais de que dispõem (ou disporão em breve) as unidades alemães, convém fazer algumas observações. A Brigada "Panzer Grenadier", como a francesa, permanece em estreito contato com a Divisão, que conserva os serviços, um regimento de reconhecimento, um grupo de artilharia, o grupo de artilharia antiaérea e o batalhão divisionário de engenharia.

O efetivo desta Brigada, mantida constantemente em condições de emprego, é inferior a 4.000 homens, o que significa que está composta exclusivamente de pessoal combatente.

O regimento de carros de combate, que conta com 71 carros, constitui-se num potencial superior ao do regimento francês, composto de 54 carros. Isto se deve essencialmente ao fato de que o Exército Alemão conservou o pelotão a 5 carros, em vez de a 3 carros (pelotão francês). Entretanto, em realidade, a presença nos batalhões mecanizados franceses de 34 carros AMX 13 (armados com canhões ou mísseis) compensa a superioridade numérica do regimento de carros alemão e a existência do grupo de caça-carros em sua Brigada.

Dito isto, tratar-se-á rapidamente dos principais materiais da Brigada Mecanizada:

— o carro de combate é o Leopard, cujo peso é 11% maior do que o do AMX 30; o carro alemão está armado com o canhão inglês de 150 mm, montado também no M60 norte-americano. Este canhão apresenta o inconveniente de necessitar de 3 tipos de munição anticarro, conforme a distância em que se encontre o alvo, o que pode ocasionar certa perda de tempo durante o combate e exige em todo caso o ajuste preciso da alça. Ademais, a capacidade de perfuração dessas munições é inferior ao do projétil francês, sobretudo quando o ângulo de incidência na blindagem é muito pronunciado. No que se refere à mobilidade e proteção, as características do Leopard e do AMX 30 são muito semelhantes;

— o caça-carro é uma viatura blindada tipo "casamata", que pesa 26 toneladas e está armada com um canhão de 90 mm, que imprime a seus projéteis grande velocidade inicial; esta arma tem um campo de tiro horizontal de 30.º. O armamento secundário consiste em duas metralhadoras de 7,5 mm, montadas em torre; alguns destes caça-carros levam também misseis (SS 11 ou HOT);

— o material mais característico da brigada mecanizada é, sem dúvida, o Marder, que está sendo distribuído às unidades da Panzer Grenadier. Esta viatura permitirá que a tropa possa combater desde seu interior o maior tempo possível, protegida pela blindagem e apoiada pela arma da viatura. O Marder, que pesa 27,5 toneladas, possui uma mobilidade análoga à do Leopard, o que permite acompanhá-lo em qualquer circunstância. Como o carro, o Marder é uma viatura de corpo pressurizado, contudo não é anfíbio; os dez "granadeiros" que transporta dispõem de armas anticarro de médio e curto alcance. O armamento próprio do Marder é um canhão de 20 mm.

Finalmente, a missão principal dos Batalhões Panzer Grenadier se constitui em apoiar e facilitar a ação do regimento de carros de combate.

4. No Exército Inglês

Ao se falar do Exército Inglês, não se deve esquecer que se trata, indubitavelmente, de uma instituição apegada às suas tradições, mas também de um exército profissional. Graças aos freqüentes exercícios e manobras, suas unidades possuem moral elevado e acham-se perfeitamente preparadas para entrar em combate a qualquer momento.

No que tange às suas unidades mecanizadas, tomar-se-á sobretudo em consideração a atual organização do Corpo Expedicionário Inglês estacionado na Alemanha. A combinação de forças blindadas e de infantaria mecanizada é um fato nas unidades desta Força Expedicionária (BAOR), desde a criação da nova Brigada denominada "Square Brigade", que compreende essencialmente dois regimentos de carros de combate e dois batalhões de infantaria mecanizado.

Com o objetivo de se conseguir maior eficiência e coesão, é freqüente que, nas numerosas manobras realizadas, seja reunido o mesmo regimento de carros com o mesmo batalhão de infantaria mecanizado; deste modo, deu-se um passo importante até a desejada integração de ambas as armas.

A Square Brigade, cujo comandante dispõe de um completo Estado-Maior e de excelentes meios de comunicações, compreende ainda: — um grupo de artilharia autopropulsado (18 peças ABBOT de 105 mm);

— duas companhias de engenharia, e

— outros serviços, que não se detalhará, mas que proporcionam à Brigada maior autonomia do que as possuídas pelas brigadas alemã e francesa.

Mesmo assim, o efetivo da Square Brigade se eleva tão somente a 4.000 homens, que dispõem de 100 carros de combate, entre cerca de 300 viaturas de transporte de pessoal.

Os ingleses permaneceram fiéis à noção do carro pesado, o que lhes permite empregar viaturas muito bem protegidas, capazes de disparar munição de grosso calibre, dotadas de grandes velocidades iniciais. Seu carro de combate, o Chieftain, pesa 55 toneladas, porém o motor de que está equipado atualmente só desenvolve 700 HP, pelo que sua mobilidade é menor do que a dos carros anteriormente focalizados. Isto pode constituir uma desvantagem, levando-se em conta a necessidade de se efetuarem rápidas manobras, mas a potência do Chieftain é indiscutível, graças ao seu canhão 120 mm, que dispara granadas com grande velocidade inicial. Não obstante, existem dois fatos que suscitam controvérsias, já que influem no tempo necessário ao disparo: o emprego de saquetéis (munição desengastada) para carregar o canhão e o uso da metralhadora co-axial para ajustar o tiro.

O regimento consta de 50 carros que, como na brigada mecanizada francesa, estão distribuídos em pelotões a 3 carros, ainda que neste caso empreguem-se carros pesados, com pouca mobilidade.

O batalhão mecanizado se compõe de 3 companhias de fuzileiros e uma de apoio, que dispõe de morteiros, canhão anticarro e mísseis. Para seus deslocamentos, o batalhão utiliza o Trojan, viatura sobre lagartas, um pouco antiquada, que pesa 14 toneladas e pode transportar 11 homens. O Trojan está armado com uma metralhadora e possui características anfíbias, mediante a adição de um dispositivo denominado "faldón".

A brigada dispõe também de canhões anfíbios (Stalwart de 5 toneladas de carga útil), que facilitam ao máximo a transposição de cursos d'água e são utilizados também para os serviços de intendência da unidade.

Desejoso de dotar seus elementos com o melhor material, o Exército Inglês decidiu efetuar certas melhoras no Chieftain (entre elas, instalar um telêmetro e aumentar a potência do motor) e substituir o Trojan. Para isto, efetuam-se estudos para a construção, durante o próximo de-

cênio, de uma viatura armada, que permita à infantaria combater desde seu interior, de modo análogo ao material do Exército Alemão. O futuro VCI (Viatura de Combate da Infantaria) inglês poderá dar origem a toda uma série de viaturas.

Assim, pois, o Exército Inglês despende grandes esforços para aumentar a eficiência de suas unidades mecanizadas. Seu Estado-Maior procede à revisão progressiva da doutrina tática, com o objetivo de alcançar maior mobilidade e coesão entre seus elementos blindados e mecanizados. Ao mesmo tempo, prossegue a modernização dos materiais, equipamentos, viaturas, meios de defesa e ajudas técnicas para o combate.

5. No Exército Norte-Americano

Neste caso, é difícil encontrar-se qualquer semelhança com a Brigada Mecanizada francesa. O Exército norte-americano, que prevê a possibilidade de ter que entrar em ação em diversas partes do mundo, segue fiel à noção divisionária e por isto todas as forças de artilharia e engenharia, por exemplo, dependem diretamente da Divisão.

A composição das próprias divisões pode diferir consideravelmente, conforme as características do teatro de operações. Em uma campanha européia, pode-se estimar que, em regra geral, a divisão mecanizada compreenderia 3 batalhões de carros de combate e 7 batalhões de infantaria mecanizada. Procede precisar que os efetivos das unidades norte-americanas sejam de carros de combate, infantaria ou artilharia, equivalem quase exatamente aos das unidades francesas destas mesmas armas.

No momento, o principal carro das unidades norte-americanas é o M60, que pesa 51 toneladas e está armado com um canhão de 105mm. O M60 é mais pesado do que o carro de combate francês, se bem que possua uma potência de

fogo análoga. Está previsto substituir-se, em breve, esse carro pelo M60 A1E2, equipado com um canhão de 152mm, capaz de disparar indistintamente munição clássica e mísseis.

Em colaboração com a Alemanha, recentemente foram levados a cabo estudos que conduziram à concepção de um novo tipo de carro, o M70 (MBT). O elevado custo e a excessiva complexidade deste modelo fizeram com que ambos os exércitos desistissem do empreendimento, ainda que decidissem prosseguir separadamente os estudos, partindo de novas bases. Em todo caso, tais trabalhos em cooperação permitirão realizar importantes progressos.

As unidades de infantaria mecanizada norte-americanas utilizam viaturas da série M113. Trata-se de viaturas anfíbias, de umas 10 toneladas, inicialmente concebidas como simples transporte de tropas e capazes de levar um Grupo de 10 homens até o local do combate, onde desembarcavam para efetuar sua missão de infantas ou apoiar os carros. Os veículos mais antigos estavam armados com uma só metralhadora. Entretanto, existe uma clara tendência para alijar-se este conceito e se proporcionarem ao M113 as armas adequadas para apoiar a infantaria, ao mesmo tempo que se reforçam certas partes de sua blindagem, conservando-se suas aptidões anfíbias. Por outro lado, alguns acondicionamentos permitem que a infantaria possa fazer uso de suas armas, mesmo do interior da viatura (armas anticarros, fuzis metralhadoras, etc.).

A viatura melhorada seria denominada VCIM (Viatura de Combate da Infantaria Mecanizada), o que reflete claramente a nova missão confiada a esta infantaria, que não só seria transportada como estaria em condições de combater de suas viaturas.

A organização das unidades mecanizadas norte-americanas difere do conceito francês em dois pontos, que em troca correm paralelos com o soviético: sistema ternário e agrupamento dos elementos de reconhecimento, anticarro e artilharia de trajetória curva, no próprio batalhão.

Em princípio, a Divisão constitui a Grande Unidade básica que, em função das necessidades do combate e das missões, não vacila em formar conjuntos de tropas mistas, como foi comum nos campos de batalha europeus durante a 2.^a Guerra Mundial. Tais agrupamentos recebem o nome de "Forças Tarefa" (Task Forces), que por sua vez podem formar companhias especiais mistas, compostas de modo mais adequado à manobra que pretenda realizar.

O comando norte-americano estima que suas tropas estão suficientemente instruídas e preparadas para poder se integrar imediata e eficazmente nestes conjuntos, organizados temporariamente com uma finalidade determinada.

Deve-se anuir que, no que se refere às comunicações e ao apoio da artilharia (clássico e nuclear), as unidades norte-americanas dispõem de uma abundância de meios que estão ao alcance de muito poucos exércitos. De igual modo, o apoio que podem proporcionar-lhes as forças aéreas e seus próprios helicópteros é excepcional.

Antes de se concluir esta rápida apresentação das unidades mecanizadas norte-americanas, deseja-se ressaltar um ponto de divergência (ao menos de princípio) no que se refere à constituição dos citados agrupamentos divisionários no momento do combate, enquanto que a brigada mecanizada francesa existe organicamente desde o tempo de paz.

É de se temer que em um conflito desencadeado de surpresa, em que se empregarão armas nucleares ou, no mínimo, potentes meios de saturação, resultará ser extremamente difícil formar, no preciso momento em que forem necessárias, forças mistas com a devida coesão.

Em troca, é evidente que o emprego tático referente à infantaria mecanizada está evoluindo e que a infantaria norte-americana, igual à francesa, está sendo adaptada para participar, sobretudo na luta, desde suas viaturas de combate.

6. No Exército Russo

A divisão mecanizada parece ser a Grande Unidade de manobra do Exército Russo. Seus elementos principais são:

— 3 regimentos a 3 batalhões de infantaria mecanizada (chamados ainda, impropriamente, fuzileiros motorizados) e 1 batalhão de carros de combate cada um;

— 1 regimento de carros de combate a 3 batalhões;

— 1 regimento de artilharia (com armas nucleares, de saturação e antiaérea).

As restantes unidades: reconhecimento, engenharia, comunicações, etc., são de importância semelhante aos dos exércitos já considerados. Porém, a organização do serviço de intendência é bastante particular e proporciona à GU uma autonomia quase completa, ainda que limitada no tempo.

Antes de se prosseguir, é conveniente fazer algumas considerações. Segundo cálculos, os efetivos totais da divisão não chegam a 12.000 homens e a percentagem dos verdadeiros "combatentes" deve estar entre os 80 e 90%, o que dista muito do caso dos exércitos já apresentados. Em troca, estima-se que a proporção homens/viaturas é de 3,5 para 1.

Também se deve recordar que as divisões soviéticas dependem muitíssimo do Exército, e sobretudo da "frente", cuja noção, referindo-se às campanhas de 1941-45, é muito mais importante do que a do Exército francês. A "frente" constitui uma unidade fundamental da manobra estratégica e possui sua aviação própria.

Os regimentos russos diferem totalmente das unidades de mesmo nome dos exércitos já considerados. Em conjunto, possuem meios de combate extremamente importantes; assim por exemplo, a divisão de fuzileiros motorizados dispõe de maior número de carros de combate do que a antiga divisão

blindada francesa. Feitas estas considerações preliminares, pode-se analisar detalhadamente os regimentos de infantaria que fazem parte da divisão.

Além dos 3 batalhões mecanizados já mencionados, cada regimento possui organicamente:

- um batalhão de carros de combate (uns 30 carros);
- uma companhia anticarro;
- uma bateria antiaérea (equipada com peças quadritubos de 14,5mm e de 23mm de radares);
- uma bateria de obuseiros de 152mm auto-rebocados; e
- uma companhia de morteiros.

Assim, pois, para o comandante da divisão, cada um destes regimentos tem o valor de uma brigada, para a qual pode proporcionar potentes e variados meios de apoio, conservando como elemento de ação próprio um regimento de carros de combate a 3 batalhões.

O carro de combate soviético é o T-62, que está substituindo os T-54 e T-55. Seu peso, em ordem de marcha, é aproximado ao do carro francês AMX 30; parece que sua blindagem frontal tem 200mm de espessura e a lateral 100mm, o que não significa grande coisa, já que se ignora a natureza de tal blindagem. O carro está armado com um canhão de alma lisa e está equipado com dispositivos de iluminação de raios infravermelhos.

Diga-se, finalmente, com respeito ao carro de combate, que a unidade básica é o pelotão a 3 carros; esta organização parece obedecer ao desejo do Comando soviético de não complicar excessivamente a tarefa dos comandantes de pelotão.

O material mais interessante das unidades mecanizadas russas é a sua VTP. Até pouco tempo, as tropas russas eram

transportadas em viaturas sobre rodas, geralmente providas de um simples toldo, o que indicava claramente a intenção do comando soviético de fazer sua infantaria combater a pé. Atualmente, as unidades mecanizadas dispõem do BMP-76, que pode ser considerado como um verdadeiro "veículo de combate para a infantaria mecanizada", segundo a expressão empregada pelos anglo-saxões. O BMP-76, anfíbio e pressurizado, pesa de 11 a 12 toneladas, está armado com um canhão de 76mm e com míssil; pode transportar um grupo de 8 fuzileiros, além de sua tripulação de 3 homens. Pode-se supor, pois, e isto é o importante, que a infantaria das divisões mecanizadas soviéticas (igual à das divisões blindadas) está preparada para combater sobretudo desde suas viaturas, ou pelo menos apoiada nelas.

De modo que, apesar de se partir de uma noção de divisão de fuzileiros motorizados muito diferentes do que a observada até aqui, é evidente que as soluções adotadas pelos soviéticos não diferem muito, em princípio, das dos outros exércitos.

7. Conclusão

O propósito deste artigo é comparar a nova "brigada mecanizada francesa 67" com as unidades análogas de exércitos de outros países. Em primeiro lugar, parece mais indicado considerar as analogias evidentes, que aparecem nos fatos e mais ainda nas tendências. Depois, verificar que as diferenças residem, sobretudo, na própria noção da "menor" grande unidade orgânica admitida, devido principalmente à importância dos meios de que dispõe cada exército.

Observa-se, antes de tudo, que o conceito de unidade mecanizada, isto é, de unidades agrupando, sob um comando único, elementos mistos compostos de carros de combate e infantaria mecanizada, é universalmente reconhecido em combate: na França, naturalmente, assim como na República

Federal da Alemanha e na Square Brigade Britânica. A composição do regimento de infantaria mecanizado russo prova que o complexo orgânico misto é admitido num escalão mais baixo do que a Brigada. Quanto aos norte-americanos, parecem seguir concebendo a mesma importância ao princípio divisionário, como último escalão orgânico. Suas necessidades a isto os obrigam, porém sabe-se perfeitamente que, chegado o momento, não vacilam em formar grupamentos mistos (task-forces), muitas vezes em escalões ainda mais abaixo do que os admitidos pelos franceses.

No que respeita aos carros de combate, observa-se que somente a França, Inglaterra e Rússia empregam pelotões a 3 carros. Não se crê que isto seja devido a uma verdadeira questão de princípio, senão que tal organização obedece às seguintes razões:

— ou para proporcionar maiores possibilidades de manobra no escalão esquadrão, como é o caso da França;

— ou por se tratar de carros pesados, de grande potência de fogo, mas de mobilidade bem mais reduzida, como é o caso da Inglaterra;

— ou pelo desejo de simplificar as ações do comandante do pelotão. Esta solução está combinada com um sistema ternário, até no próprio escalão batalhão, como sucede na Rússia.

Acresce que tanto a Alemanha como os Estados Unidos conservam o pelotão a 5 carros, por estimá-lo mais eficaz. Deste modo, a formação é mais numerosa e, logicamente, a potência de fogo obtida é superior à mobilidade.

Deixando de lado o conjunto infantaria-carros, considerem-se agora os elementos de artilharia, armas antiaéreas, engenharia e serviços.

Tão-somente o Exército norte-americano conserva ainda a totalidade de suas unidades de artilharia agrupadas debaixo

do comando da artilharia divisionária, se bem que esta regra é transgredida toda vez que a missão o exige. Em troca, a brigada inglesa dispõe de seu próprio grupo de canhões auto-propulsados de 105mm e a alemã possui organicamente um grupo de peças de 155mm, do mesmo modo que a francesa e o regimento de infantaria soviético têm sua própria bateria de obuseiros. As mesmas observações podem ser aplicadas às unidades de engenharia da brigada.

Todas as brigadas orgânicas e o regimento de infantaria soviético possuem seus próprios elementos anticarro, compostos de canhões, mísseis montados em viaturas ou transportados, e foguetes. Cada exército procura equipar-se com um conjunto de armas o mais completo possível, para estar em condições de cobrir as diferentes distâncias de combate.

Diga-se também que em todas as brigadas orgânicas, que não a francesa, admite-se a necessidade de se dispor de peças de artilharia de trajetória curva (de calibre 120mm).

Em geral, considera-se muito importante que estas unidades orgânicas estejam dotadas de artilharia e outras armas antiaéreas e é de se supor que a brigada mecanizada francesa será equipada, em futuro próximo, com material correspondente.

Em troca, as armas nucleares não se encontram, em nenhuma parte, nos escalões abaixo da divisão, do mesmo modo que as armas de saturação, particularmente numerosas e variadas na divisão soviética. O mesmo ocorre com os helicópteros e os meios aéreos dos exércitos.

No que se refere às unidades de intendência e outros serviços, a organização é muito parecida em todos os exércitos e revela a preocupação de facilitar ao máximo as missões das forças de vanguarda. As únicas exceções são encontradas nos exércitos inglês e alemão, cujas brigadas dispõem de serviços de suprimento de material.

Assim, pois, comprova-se que a brigada mecanizada francesa 67 possui numerosos pontos em comum com os subcon-

juntos, orgânicos ou não, dos demais exércitos considerados. Sua maior originalidade reside, sem dúvida, na existência de 2 batalhões mecanizados, os quais, graças à sua organização, possuem uma autonomia extraordinária em combate.

Finalmente, como última observação de ordem geral, convém salientar a pouca importância dos efetivos dessas organizações mistas e a pequena proporção de homens em relação ao elevado número de viaturas de que dispõem essas unidades (3/1 e 5/1).

Cabe perguntar-se se isto não reflete um excesso de confiança no material, a não ser que se trate de uma opção tomada deliberadamente, baseada na curta duração dos combates num futuro conflito.



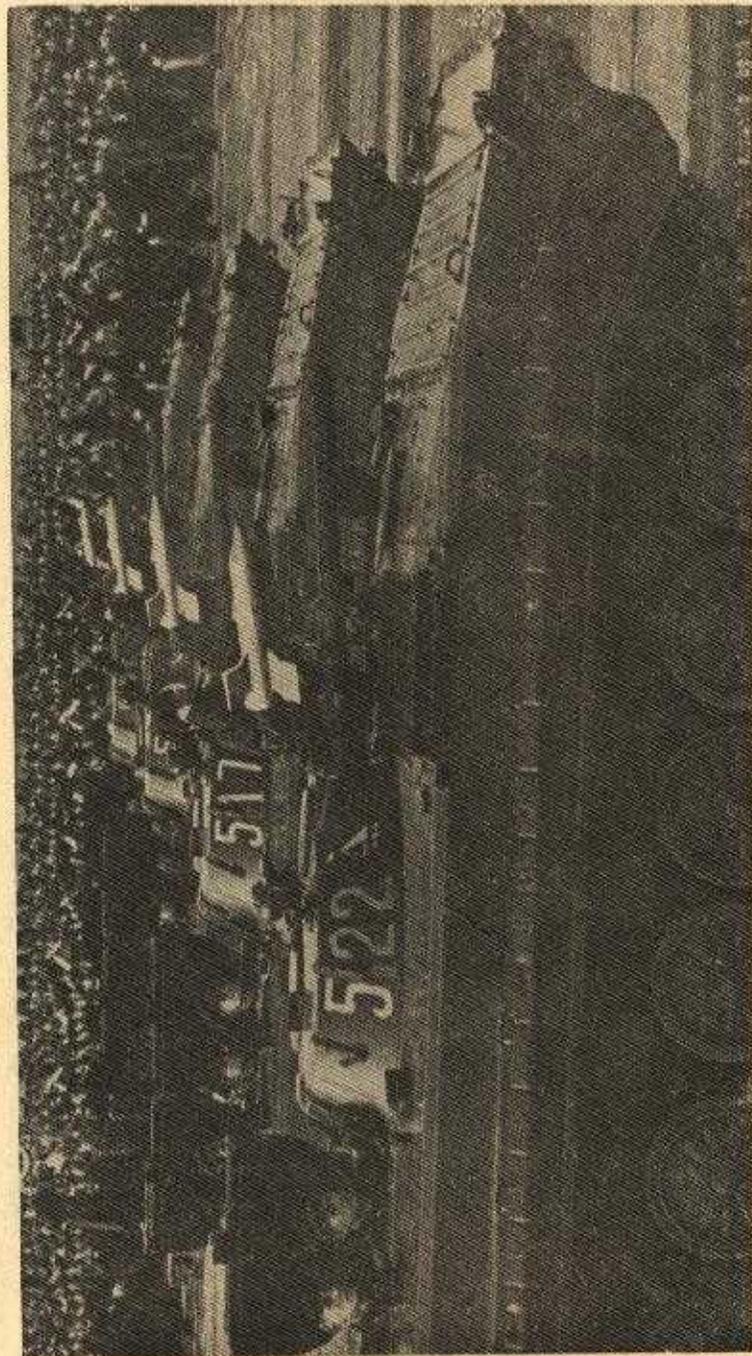
Carro francês AMX 30, o mais móvel dos carros europeus e americanos contemporâneos. Seu armamento principal é o canhão de 105mm, que dispara munição estabilizada de carga oca.



O MARDER, do Exército Alemão, considerado a primeira viatura de combate da infantaria mecanizada (VCIM). Está equipado com um canhão de 20 mm na torre e uma metralhadora 7,62 mm na parte posterior.



O M60A1E2, versão mais moderna do carro padrão americano. Seu canhão de 152 mm dispara indistintamente mísseis e projéteis clássicos.



O BMP-76 soviético, de baixa silhueta, foi o primeiro VCIM sobre lagartas utilizado no mundo, desde 1967. Está armado com um canhão de 76 mm e mísseis e transporta, além de sua tripulação (3 homens), um grupo de 8 infantis.

Subsídios para um Manual de Tiro ao Alvo

*Um resumo das idéias básicas para auxiliar
na formação do atirador de armas curtas.*

Maj Art
RONALDO MARCELO A. MARTINS

Ilustrações
Maj Inf LUIZ EDMUNDO P. MELLO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Situação no meio civil e militar

O tiro ao alvo, como esporte amador, vem sofrendo uma série de restrições no decorrer destes anos.

A Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo, criada nos últimos meses de 1947, é o órgão máximo desse desporto no Brasil e propõe-se a dirigi-lo, incentivá-lo e difundi-lo, com o elevado objetivo de contribuir para o adiestramento dos cidadãos em defesa da Pátria.

No plano estadual, encontram-se doze Federações, que a secundam em seus objetivos.

As Associações filiadas procuram entre seus sócios aqueles que têm condições para a prática do Tiro ao Alvo. É neste nível, que se encontram as maiores dificuldades. O limitado

número de estandes, a dificuldade na obtenção de armas e munições, a falta de divulgação, somando-se a outros fatores, resultam na existência de poucos bons atiradores.

No meio militar a situação não se apresenta de modo muito diverso. O Tiro ao Alvo só é realizado nas diretrizes gerais de instrução, qualquer que seja o escalão considerado. Na prática ele não é executado, principalmente, pela falta de instrutores especializados, além de uma pequena ponta de desinteresse dos elementos responsáveis. Em meio a tantos regulamentos e manuais o grande ausente é o Tiro ao Alvo. O Exército não dispõe de uma fonte de consulta, que permita ao atirador iniciar-se em seus segredos. É mantido, ainda, o sistema de tradição oral, eivado de vícios, que não têm como ser corrigido.

Assim, o presente trabalho é uma simples compilação de dados, idéias e sugestões, fornecidas por atiradores mais experientes, acrescidas e ordenadas segundo alguns pontos de vista do autor.

Deste modo, no limitado espaço que se dispõe, serão apresentados os fundamentos do Tiro ao Alvo dentro da técnica do tiro com armas curtas, pretendendo-se:

- auxiliar na formação de novos atiradores;
- tornar acessíveis à maioria dos oficiais e praças o “pulo do gato” dos mestres, em benefício da melhoria dos seus índices técnicos;
- facilitar a execução posterior do Tiro de Combate;
- desenvolver a habilidade, a confiança e a vontade de cada um para executar o tiro e acertar no alvo.

O armamento

Dentro da padronização dos calibres, a conhecida Pistola Colt .45 será substituída por outra de 9 mm. Os requisitos de potência, precisão, comodidade, grau de confiança e rustici-

dade são intrínsecos às armas e devem ser absorvidos pelo atirador. O quadro seguinte permite a comparação entre algumas armas curtas 9mm e a Pistola Colt .45.

ARMAS	Peso (kg)	Comprimento do (cm)	Calibre	Capacidade do carregador	Dupla-Ação?	Ângulo punho-cano	Peso do projétil (g)	Velocidade inicial (m/s)	Energia cinética no momento do impacto (mag 2) a 25m
Colt (EUA)	1,10	12,70	.45	7	Não	107.º	15,30	251	42,0
Walter P. .38 (AL)	0,96	12,06	9mm	8	Sim	106.º	7,70	375	48,0
Luger (2.ª GM)	0,85	10,16	9mm	8	Não	124.º	7,70	372	47,2
Browning (Belg)	0,91	11,83	9mm	13	Não	103.º	7,70	375	48,0

Qualquer que seja a arma, para a execução de um tiro perfeito, o atirador deve apegar-se aos fundamentos do tiro, que a seguir são mostrados.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS DO TIRO

ARTIGO I — A POSIÇÃO

A inclinação do corpo

O corpo é mantido ereto, numa posição confortável. O atirador deve evitar curvar-se, demasiadamente, para frente ou para retaguarda.

O peso da cabeça fica apoiado na coluna vertebral, não caindo para nenhum lado. É comum ver-se atiradores que lançam para retaguarda não somente a cabeça, mas todo o corpo da cintura para cima.

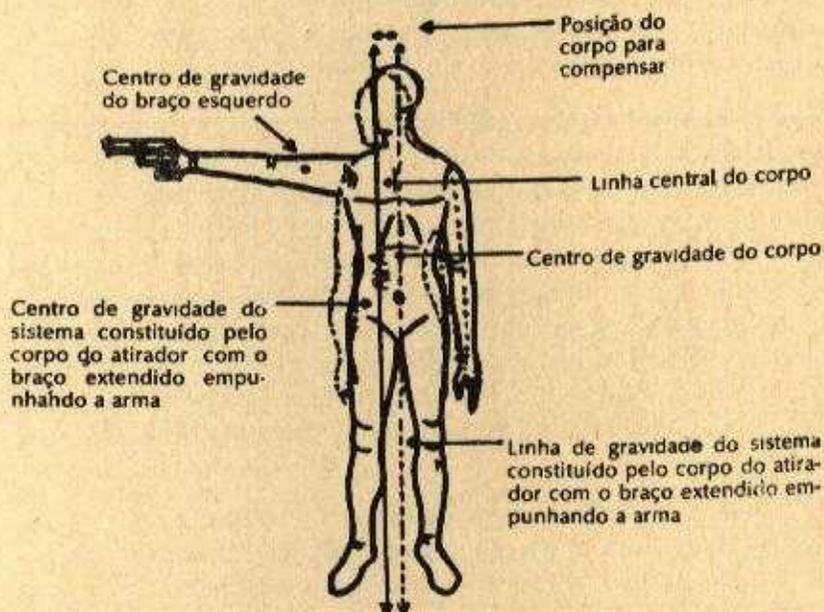
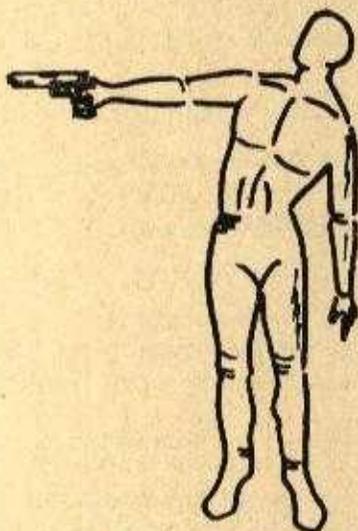
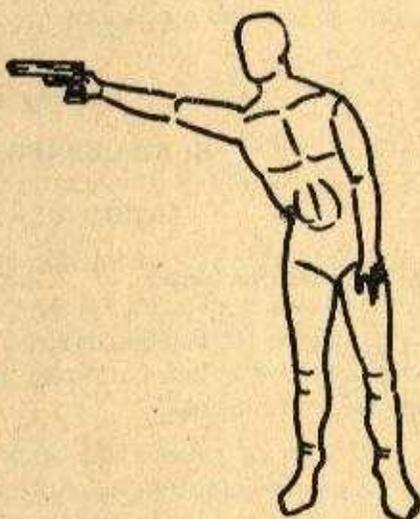


Fig. 1



(ERRADO)

Fig. 2



(ERRADO)

Fig. 3

Atirar de frente ou de lado para o alvo

Normalmente, há uma maior tendência na oscilação do corpo para frente ou para a retaguarda, do que para os lados. Permanecendo o atirador de frente para o alvo, a dispersão nos seus tiros será no sentido vertical. Caso atire de lado, maior será a dispersão no sentido horizontal.

DISPERSÃO VERTICAL

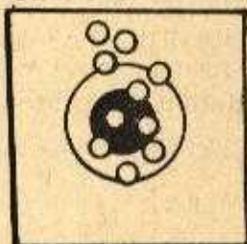
ATIRADOR DE FRENTE
PARA O ALVO

Fig. 4

DISPERSÃO HORIZONTAL

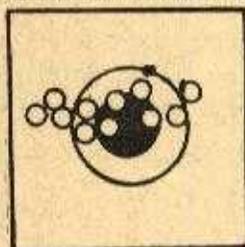
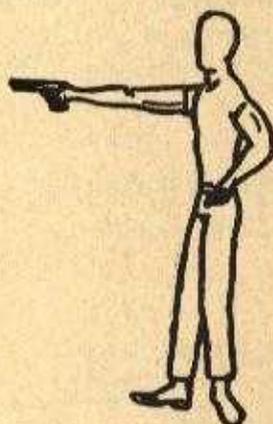
ATIRADOR DE LADO
PARA O ALVO

Fig. 5

A melhor posição, em consequência, é aquela em que o corpo forma um ângulo de 45° com a direção de tiro.



(ERRADO)



(ERRADO)

Fig 6

O braço, cuja mão não empunha a arma, fica caído naturalmente ou tem a sua mão colocada no bolso da calça, descansando sobre a borda do mesmo.

Os ombros não permanecem no mesmo plano. O braço, que sustenta a arma, faz com que o ombro correspondente fique mais elevado do que o outro.

Posição dos pés

A posição dos pés deve ser tal, que proporcione estabilidade ao corpo, permitindo ao atirador firmeza para receber o impacto resultante do tiro e conforto durante sua execução.

As figuras abaixo dão uma melhor idéia a respeito.

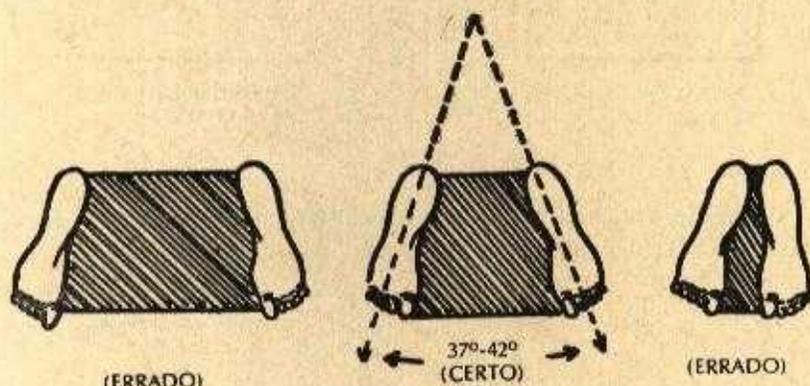


Fig 7

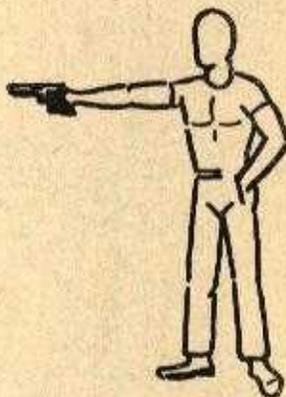
Nem muito abertos, nem muito fechados, suportando firmemente a área de tiro.

A tomada de posição

Para verificar se está correta a posição tomada, o atirador procede do seguinte modo:

- toma uma posição confortável;
- com os olhos fechados eleva o braço na direção do alvo;

- verifica onde caiu a visada;
- leva a visada para o centro do alvo, movendo os pés (sem torcer o corpo ou deslocar somente o braço);
- abaixa o braço e repete a operação, até que a visada seja feita bem próxima ao centro visual;
- após conseguir a posição ideal, com um pedaço de giz, marca no chão o contorno dos pés.



(CERTO)

Fig. 8

Foi apresentada a posição básica de tiro — a posição de pé. Esta é a posição normal para realização do tiro ao alvo.

As posições mostradas a seguir são necessárias somente para o tiro combate.

A posição deitado

Apresentando uma silhueta mais baixa, sofre limitações do terreno próximo. Serve para o tiro a distâncias superiores a 50 metros.



Fig. 9

As pernas permanecem abertas, os braços esticados, a cabeça ereta e a empunhadura deve ser com ambas as mãos. Uma alternativa para esta posição consiste em elevar a cabeça e apoiar o corpo sobre os cotovelos.

A posição ajoelhado

Reduzindo a silhueta do atirador é própria para o tiro rápido a grande distância.

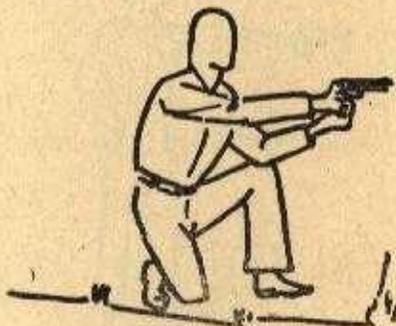


Fig. 10

A posição sentado

Apresenta as mesmas características da posição ajoelhado.

As posições anteriormente apresentadas mostram o grande inconveniente da necessidade do alvo ter que estar, aproximadamente, a mesma altura da vista do atirador.

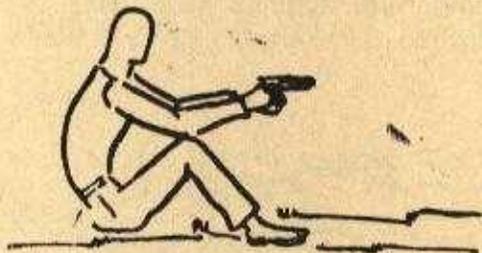


Fig. 11

ARTIGO II — A EMPUNHADURA

Como segurar a arma

Um empunhadura adequada deve ser firme com o braço mantido estendido. Pequenos desvios podem ser feitos para correção de algum erro, por movimentos do pulso. Uma vez isto conseguido, o pulso permanece na posição.

A arma sempre é colocada em uma das mãos com o auxílio da outra. Isto pode ser feito, como mostram as figuras 12 e 13.

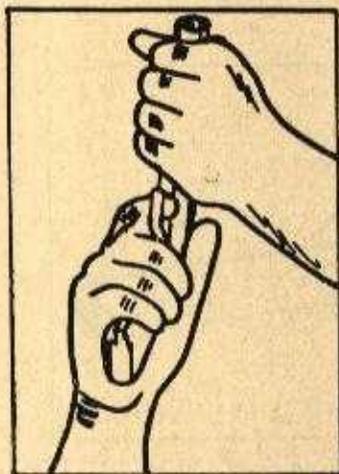


Fig. 12

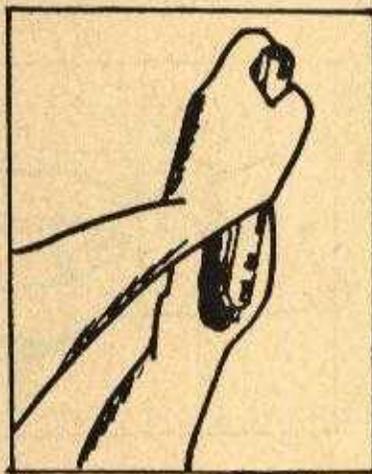


Fig. 13

Apanhando-se a arma, diretamente, com a mão que vai empunhá-la, a empunhadura não será correta.

Regras a serem observadas

Deve-se ter presente as seguintes idéias:

- por segurança, o cano da arma deve estar voltado para onde se vai atirar;

- deve-se receber o recuo com a mão atrás da coronha. Se a arma estiver torta na mão, certamente, ela girará no momento do disparo;
- o polegar “não é dedo”. Deve ser colocado para o alto e suavemente, encostado à arma;
- a arma deve ser segura firmemente. Com tanta força quanto possível, sem no entanto chegar a fazê-la tremer. Esta firmeza deve ser constante, enquanto durar a seqüência dos tiros;
- a empunhadura deve ser alta. Isto é conseguido, mantendo-se a mão o mais acima possível, sem chegar a tocar o cão (figuras 14 a 16).

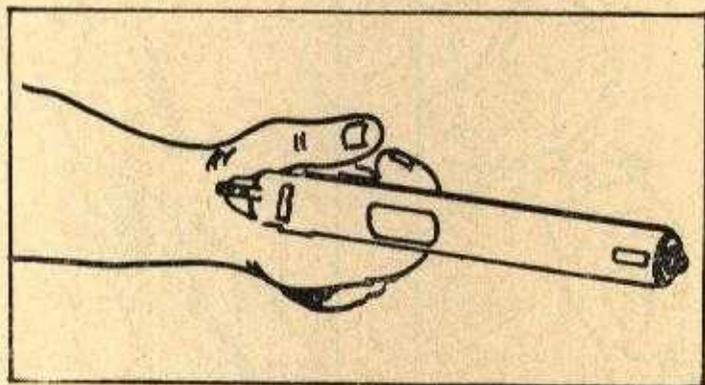


Fig. 14

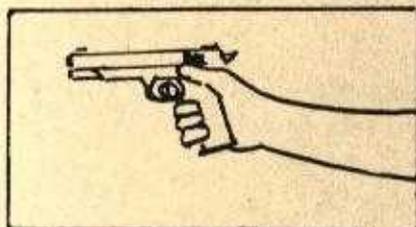


Fig. 15

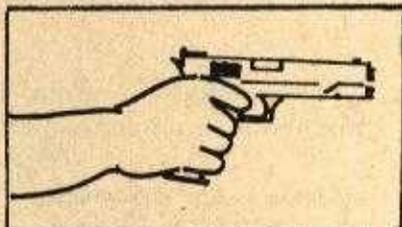


Fig. 16

Em alguns casos será necessário a utilização de um calço para o punho.

Empunhadura com as duas mãos

As figuras 17 e 18 abaixo mostram a empunhadura com as duas mãos. Este é um artifício, que somente se justifica no tiro de pé, quando o alvo estiver a mais de 50 metros e não for possível apoiar o braço para realizar o tiro.

Após tomar a empunhadura normal com a mão direita (esquerda), apóia-se o punho da arma na diagonal da mão esquerda (direita) — que deverá estar na horizontal — sendo que esta deverá segurar a mão direita (esquerda), dedos unidos com indicador tocando o guarda-mato.

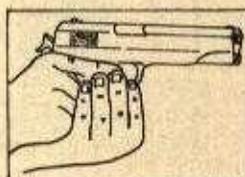


Fig. 17

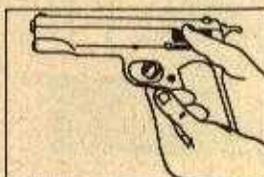


Fig. 18

Um outro tipo de empunhadura apresenta os detalhes vistos na figura 19 abaixo:

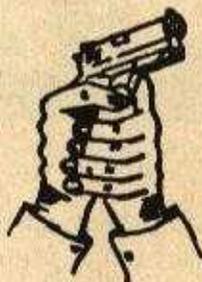


Fig. 19

ARTIGO III — A VISADA

Alça, maça e alvo: Alinhamento

É fato de todos conhecidos que o alinhamento correto da mira é sobremodo importante para a perfeição do disparo. Quais são os elementos que devem ser alinhados? Alça, maça de mira e alvo seria a resposta. NÃO. O paradoxo desta resposta serve para enfatizar a preocupação, que deve haver com o perfeito alinhamento dos dois primeiros — alça e maça — relegando a um segundo plano o alvo propriamente dito.

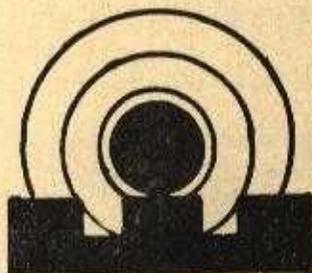


Fig. 20 — ERRADO
Mira e alvo nítidos

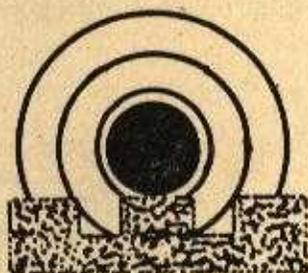


Fig. 21 — ERRADO
Somente o alvo nítido

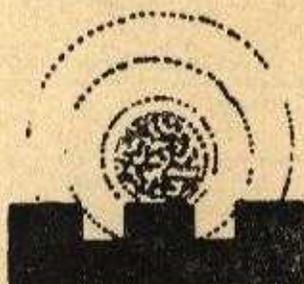
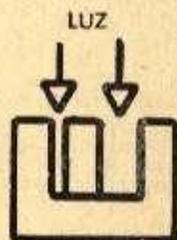


Fig. 22 — CERTO
Alvo borrado

A vista humana não pode focalizar com tanta nitidez as bordas da alça, maça de mira e alvo simultaneamente.

Nas figuras 23 e 24 o alinhamento das miras não é preciso.

O alinhamento correto significa que a maça de mira está centrada no recorte da alça, com sua parte superior nivelada na aresta superior da alça e não desviada quer para a direita, quer para a esquerda (figura 25). Este alinhamento é necessário, mas não suficiente. Não é aceitável "luz" demasiada nem de um lado nem do outro da maça. As figuras abaixo esclarecem melhor este ponto.



(ERRADO)

Fig. 23



(ERRADO)

Fig. 24



(CERTO)

Fig. 25

Quanto maior for a distância, onde estiver localizado o alvo, mais se fará sentir este desvio lateral do tiro.

Observem-se as figuras que se seguem :

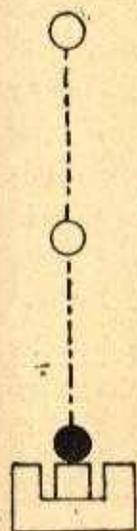


Fig. 26

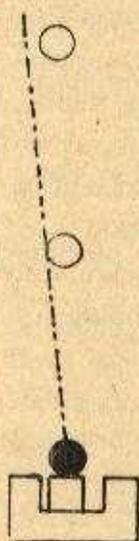


Fig. 27

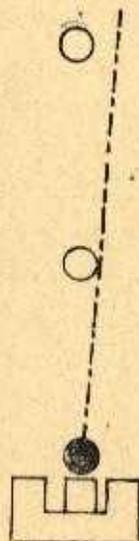


Fig. 28

O erro resultante da má centralização da maça tende a aumentar proporcionalmente a distância de tiro.

O alinhamento é relativamente simples. Os espaços de luz — muita ou pouca luz à direita (à esquerda) — servem de guia na centralização da maça. Se a mira ficar muito alta ou baixa, tornar-se-á logo aparente, pois a aresta superior de cada lado da alça servirá de referência.

O atirador olha para as miras, fixando o seu olhar sobre elas, mais sobre a Maça do que sobre a Alça. O alvo não fica perfeitamente claro, mas as miras têm suas arestas percebidas com nitidez (figura 22).

Na procura da simplicidade, têm sido evitadas referências sobre linha de mira e linha de visada.

É a situação das miras, uma em relação a outra, tudo o que interessa. Alguns atiradores tendem a olhar sobre as miras para o alvo, fixando nele a vista, tentando manter ainda a relação entre as miras alinhadas. É tentar o impossível. Cita-se aqui um exemplo interessante: "Ninguém tentaria ler um jornal, mantido a sua frente, com os braços estendidos e ao mesmo tempo ler as letras de um anúncio vinte a vinte e cinco metros distante. Entretanto, dê a mesma pessoa uma arma e um alvo e ela tentará "ler" as miras ao mesmo tempo que seu olhar estará sobre o alvo". Caso durante a realização do tiro, o atirador notar que as miras estão "borradas ou foscas", é sinal, que seus olhos estão focalizando o alvo e que ele está olhando através das miras, em lugar de olhar PARA elas.

Como olhar

Fig. 29
CERTOFig. 30
ERRADOFig. 31
CERTO

A maioria dos atiradores faz a visada com apenas um olho. No entanto o tiro pode ser realizado com mais vantagem com os dois olhos abertos, proporcionando:

- menor cansaço da vista;
- distribuição do esforço, igualmente, entre ambos os olhos;
- maior nitidez das miras e do alvo;
- eliminação da contração facial, resultante do fechamento de um dos olhos.

O uso de ambos os olhos é consequência de alguma prática. Um método para se chegar a isso é o seguinte:

- o atirador faz da visada com um olho fechado;
- abre-o em seguida;
- procura manter os dois olhos abertos por alguns segundos;
- fecha um olho novamente e verifica a visada;
- repete diversas vezes as operações acima e possivelmente consegue adaptar-se à visada com os dois olhos abertos.

A figura 31 mostra o processo do "tapa-olho", que embora não seja elegante redundante na possibilidade de atirar-se com ambos os olhos abertos. Um óculos velho, sem as lentes

ou o seu próprio servirá também, bastando cobrir a lente com um pano ou papel preto e fosco (figura 32).

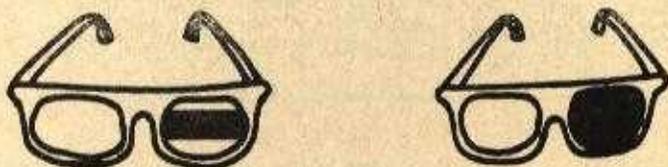


FIG. 32

Zona de mira

Os músculos controladores do pulso mantêm as miras alinhadas. O relaxamento muscular do punho, o aumento ou a diminuição da pressão da pegada, a pressão do polegar ou mesmo a pressão lateral sobre o gatilho resulta no desalinhamiento das miras.

O atirador principiante tende a acreditar que é possível manter a arma apontada para um ponto. Esta concentração sobre um ponto de mira leva-o a focalizar seus olhos sobre o alvo ao invés das miras.

Eis aqui o conceito de zona de mira. O braço de cada atirador oscila, quando aponta uma arma. Com o treinamento esta oscilação tende a diminuir — sem nunca cessar — originando-se então uma zona de mira, reduzida em consequência de treinamento.

É interessante a realização do seguinte teste:

- substituir o alvo por um pedaço de papel branco;
- alinhar as miras;
- visar tão próximo do centro do papel quanto possível.

Evidentemente, a arma mover-se-á. Executam-se alguns tiros e o resultado será surpreendente. Este é o método para curar o mau hábito de apontar sobre um ponto.

A combinação: Gatilho mais visada

Um modo de se conciliar o acionamento da tecla do gatilho com a visada é mostrado a seguir e requer grande empenho e treinamento por parte do atirador.

- Iniciar o esmagamento da tecla — Levantamento da arma.
- Continuar a esmagar o gatilho — Focalizar a maça de mira, deixando a alça enevoada.
- Continuar a esmagar o gatilho — Visualizar o alvo enevoado, permanecendo em foco a maça de mira.
- Continuar a comprimir a tecla — Focalizar a maça de mira e a alça, deixando nublado o alvo.
- Até o disparo — Corrigir o alinhamento das miras sob o alvo nublado.

(VEJA ART. IV — O DISPARO)

Onde apontar

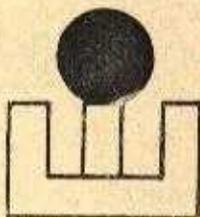


Fig. 33 — CERTO
Na base

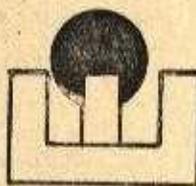


Fig. 34 — CERTO
No centro

Não havendo problema de acuidade visual, até a distância de 25 metros é aconselhável a pontaria no centro do espelho. A distâncias superiores ou sentindo dificuldade em perceber a maça, a alça ou o alvo, deve o atirador visar a base do espelho. Evidentemente, trata-se de armas de mira fixa com a pontaria exatamente centrada ou de armas que dispõem de parafusos, que permitam ajustar as miras em altura e direção.

Erros de pontaria

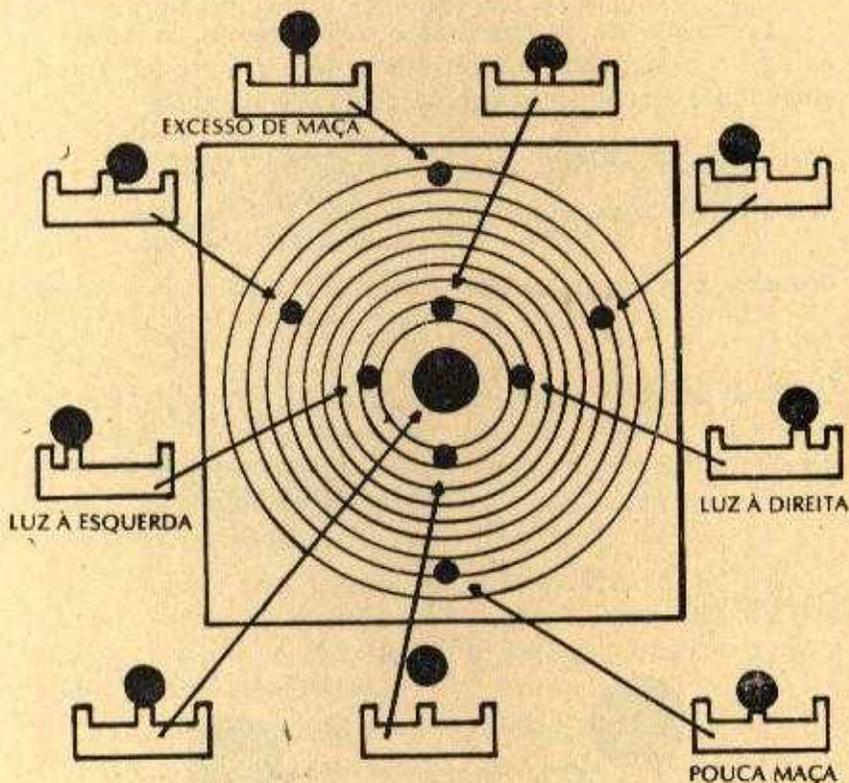


Fig. 35

ARTIGO IV — O DISPARO

Examinando-se um revólver de dupla ação, nota-se que ao contrário da pistola, ao puxar-se a tecla do gatilho da sua posição de repouso, o cão será engatilhado pela pressão do dedo sobre o gatilho. Este esforço ocasiona, necessariamente, um movimento para a retaguarda. Na ação simples, o esforço feito sobre o gatilho é bem menor.

Sendo a puxada do gatilho uma das ações mais difíceis e de maior peso na obtenção de um bom resultado no tiro, nada mais natural que se procurar contornar este obstáculo ou utilizando-se uma arma de ação simples ou, o que é mais

normal, engatilhando-se a arma antes do disparo, puxando com o polegar o cão para trás.

O tiro de dupla ação somente é realizado para defesa, quando for necessário grande rapidez e a distâncias muito curtas, sendo necessário um longo treinamento para a obtenção de algum resultado satisfatório.

Regras para acionar o gatilho

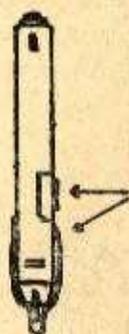
Ao acionar-se o gatilho com o dedo indicador, é necessário ter-se em mente o seguinte:

- o dedo indicador não deve manter contato com o lado da tecla, guarda-mato e armação da arma;
- a pressão realizada na tecla deve ser diretamente para a retaguarda;
- a ação é suave e progressiva.

A ação do dedo indicador, lateralmente sobre a arma, afastará o cano para a direita ou para a esquerda do plano de tiro, conforme o caso, no momento do disparo.

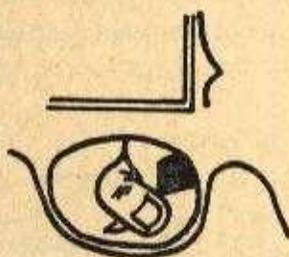
Na figura 36 a arma gira para a esquerda

Na figura 37 a arma gira para a direita



A ação do indicador nestas partes faz com que a arma gire para a esquerda.

Fig. 36



A tração exercida pela ponta do dedo na tecla do gatilho, faz com que a arma gire para a direita

Fig. 37

Para verificar se o esforço está sendo exercido corretamente, alinham-se as miras e exerce-se pressão quase sufi-

ciente para realizar o tiro. Ajustam-se cuidadosamente as miras e alivia-se totalmente a pressão. Se a mesma estiver sendo realizada inteiramente para a retaguarda, as miras não sairão do alinhamento. Caso contrário, a maça de mira mover-se-á na direção da pressão aliviada.

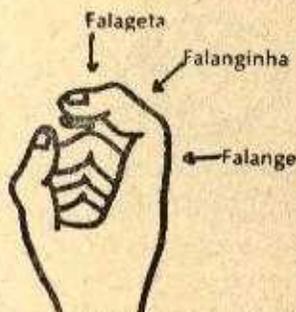
No final do acionamento da tecla do gatilho, é comum o atirador principiante ter medo do disparo, fechando os olhos e contraindo os músculos e mesmo lançando a cabeça para a retaguarda. Pode ocorrer também que procurando fugir ao recuo da arma, antecipe-se ao disparo ou procure amortecê-lo, lançando o corpo para a frente (ou para os lados), contraindo, desnecessariamente, diversos músculos do corpo.

Os gatilhos normalmente são curvos e giram presos em sua parte superior. Deve-se colocar o dedo tão baixo quanto possível na curva do gatilho. O dedo colocado muito alto exigirá maior pressão para conseguir o disparo da arma.

Na ponta do dedo ?

Obtêm-se excelentes resultados, de imediato, aprendendo-se a adicionar a tecla do gatilho. A tão conhecida e lamentada mesmo entre os campeões — “gatilhada” — nada mais é do que o acionamento brusco da tecla do gatilho.

O gatilho deve ser acionado com a parte anterior do dedo — falangeta — conforme mostram as figuras abaixo:



(CERTO)

Fig. 38



(CERTO)

Fig. 39



(ERRADO)

Fig. 40

Quanto mais na ponta do dedo for feito o acionamento do gatilho, menor será a possibilidade de "gatilhadas", ficando entretanto o gatilho mais "pesado". Aprofundando-se o dedo, em troca da suavidade no esforço do acionamento do gatilho, surgem desagradáveis surpresas por ocasião do disparo.

Na figura 39 a dobra entre a falangeta e a falanginha é encostada à aresta da tecla do gatilho.

A "puxada" dos campeões

Caso o atirador realize uma pressão contínua e lenta sobre o gatilho, não se preocupando demasiadamente com a visada, ele obterá tiros com resultados razoáveis. Porém, numa fase mais adiantada do seu treinamento, o atirador ao dirigir a arma para o alvo já o faz, acionando o gatilho até cerca da metade do percurso necessário para que se realize o disparo. Passa, a partir deste momento, a acioná-lo por parcelas mínimas, que sempre somadas às anteriores, jamais serão reduzidas. Ocorrendo desvio na visada, corrige-o e adiciona uma nova parcela mínima de esforço no acionamento do gatilho (as anteriores permanecem). O tiro ao sair "surpreende" o atirador.

"Cantar o tiro"

Após o disparo a arma deve continuar apontada, para que o atirador "cante" o tiro.

A expressão "cantar o tiro" significa que o atirador deve calcular o ponto do alvo, onde julga que se deu o impacto. Após conferir o resultado, poderá saber se está dando ou não "gatilhadas".

Para "canfar um tiro", relaciona-se o local provável do impacto com o mostrador de um relógio. Assim:

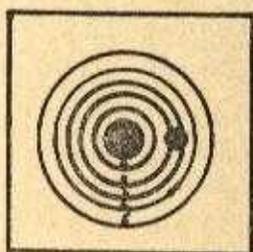


Fig. 41 — Tiro à direita
boa altura ou 5 às 3 horas



Fig. 42 — Tiro à esquerda
alto ou 4 às 11 horas

Dormir na pontaria (em segundos)

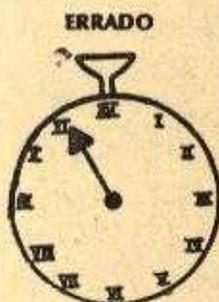


Fig. 43 — 11 Seg.

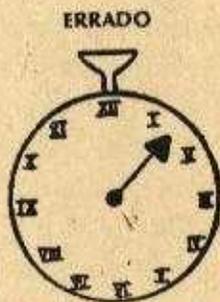


Fig. 44 — 1½ Seg.

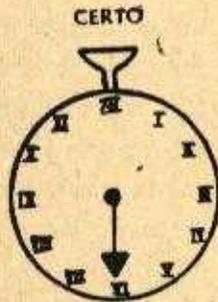


Fig. 45 — 6 Seg.

Uma das perguntas mais comuns refere-se ao tempo que deve ser gasto para "caprichar na pontaria". Entre os iniciantes ele varia desde aquele gasto pelo atrador que desce lentamente a arma e quando a mesma passa sobre o alvo aciona o gatilho, até aquele que "dorme na pontaria", durante quase trinta segundos.

O gráfico abaixo apresenta uma idéia a respeito:

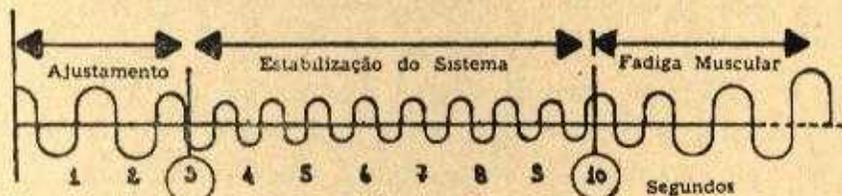


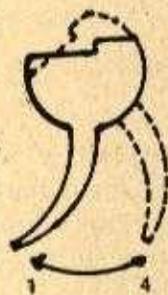
Fig. 46

É evidente que um treinamento adequado permitirá a ampliação em muitos segundos desta faixa de estabilização.

Encontrando o atirador dificuldade em alinhar as miras, deve "desistir" do disparo. Após relaxar, reinicia as operações.

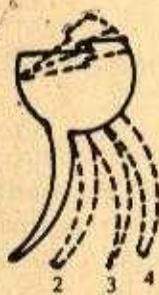
A pressão sobre o gatilho

Uma vez feita a visada o atirador aciona imediatamente a tecla. O gatilho passa da posição 1 para a posição 4 (figura 47) rapidamente, ocasionando o disparo.



(ERRADO)

Fig. 47



(CERTO)

Fig. 48

Esta ação define o mau atirador.

A ação correta sobre o gatilho é uma técnica difícil de dominar. Resume-se numa pressão suave que é imediatamente exercida sobre o gatilho e firmemente aumentada até o disparo. Acontece, com grande frequência, que o atirador inicia realizando uma pressão firme e crescente até quase o momento do disparo, quando então termina o acionamento de modo brusco. Andar lentamente 9/10 do percurso e correr no final, ocasiona o mesmo resultado que acionar bruscamente o gatilho desde o início.

Nenhuma pressão brusca deve ser aplicada no momento exato em que o gatilho está libertando o cão.

ARTIGO V — A RESPIRAÇÃO

Uma pessoa pode prender sua respiração de 15 a 20 segundos, sem sentir desconforto nem necessitar de maiores treinamentos. Esse tempo é mais do que suficiente para qualquer atirador realizar um ou mais disparos.

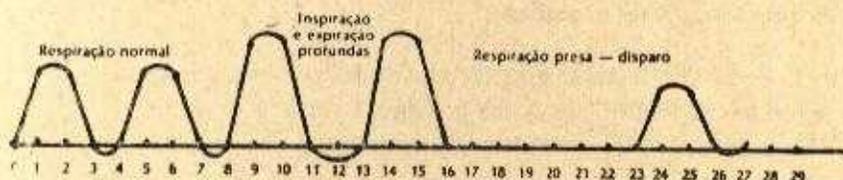


Fig.49

O procedimento abaixo pode ser adotado, no tiro de precisão:

- Realizar uma respiração (inspirar e expirar) um pouco mais profundamente do que o normal;
- Inspirar normalmente, ao levantar o braço;
- Expirar, quando o mesmo estiver em posição;
- Executar uma nova inspiração pouco profunda e expirar o necessário e suficiente para manter os pulmões ligeiramente cheios;
- Disparar.

Alguns cuidados devem ser objeto de atenção por parte do atirador.

Assim:

- Durante a execução do tiro, evitar as contrações decorrentes da retenção da respiração;
- Evitar manter os pulmões excessivamente cheios ou vazios;
- No caso de sentir o "bater" das pulsações, relaxar e respirar moderadamente até sentir-se novamente em condições.

BIBLIOGRAFIA

- Pistol Marksmanship Guide — The U.S.Army Marksmanship Training Unit
- Instruções para o uso da Pistola Colt-AMAN-Ed 1954
- FM 23-35 — AFM 50-17 — Pistol and Revolvers — Ed 1953
- Notas sobre tiro do TC Amaury Rocha
- Tiro — Pistola e Revólver — Fundamentos e IPJ — Maj Paulo Varela Gámaro — Ed 1972
- Experiência de atiradores filiados à Federação Carioca de Tiro
- Artigo do TC Morris J. Hebert do Ex. dos Estados Unidos
- Notas sobre tiro do Cap Paul B. Weston

O homem que parou
à espera de dias melhores
e não colaborou com o tempo
verificará mais tarde que
aquele que não parou
estará tão adiantado
que jamais será alcançado...

RETRATO DE MÃE

DON RAMON ANGEL IARA
Bispo de La Serena - Chile
(Escrito num álbum)

“Uma simples mulher existe que, pela imensidão de seu amor, tem um pouco de Deus; e pela constância de sua dedicação, tem muito de anjo; que, sendo moça, pensa como uma anciã e, sendo velha, age com as forças todas da juventude, quando ignorante, melhor que qualquer sábio desvenda os segredos da vida, e, quando sábia, assume a simplicidade das crianças; pobre, sabe enriquecer-se com a felicidade dos que ama, e, rica, empobrecer-se para que seu coração não sangre ferido pelos ingratos; forte, entretanto estremece ao choro de uma criancinha, e, fraca, entretanto se alteia com a bravura dos leões; viva, não lhe sabemos dar valor porque à sua sombra todas as dores se apagam, e, morta, tudo o que somos e tudo o que temos daríamos para vê-la de novo, e dela receber um aperto de seus braços, uma palavra de seus lábios. Não exijam de mim que diga o nome dessa mulher, se não quiserem que ensope de lágrimas este álbum: porque eu a vi passar no meu caminho. Quando crescerem seus filhos, leiam para eles esta página: eles lhes cobrirão de beijos a fronte, e dirão que um pobre viandante, em troca da suntuosa hospedagem recebida, aqui deixou para todos o retrato de sua própria MÃE ...”

Tradução de Guilherme de Almeida

**COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA
INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Eleito para o exercício de 1974/1976)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente — Gen Bda Hermann Bergqvist
Diretor Secretário — Cel Art José Guimarães Barreto
Diretor Administrativo — Cel Art Erar de Campos Vasconcellos
Diretor Tesoureiro — Cap Int Diógenes da Silva Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div Arnaldo José Luiz Calderari
Gen Bda Alzir Benjamin Chaloub

CONSELHO FISCAL

Cel Cav Jerônimo Machado da Fonseca
Cel Art Adonis Rodrigues de Guimarães e Santos
Ten Cel Inf Delcy Gorgot Doubrawa

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Art José Guimarães Barreto
Redatores: Cel Inf Raul Mattos Almeida Simões
Cel Inf Jonas de Moraes Correa Neto
Cel Cav Luiz Carlos Peixoto
Ten Cel Art Mário dos Santos André
Maj Inf Mário Dias Domingues da Silva